

2015

**GRANDES
OPÇÕES
DO PLANO E
ORÇAMENTO.**

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA	1
INTRODUÇÃO	3
VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL	6
LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LEd's)	7
LEd 1: EMPREGO E DESENVOLVIMENTO	8
1.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões	8
a) Implementação de medidas geradoras de emprego	8
b) Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento.....	9
c) Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto....	10
LEd 2: APROFUNDAR A DEMOCRACIA	13
2.1 Projetos e ações nas diferentes dimensões	13
a) Valorização da cidadania	13
b) Promoção da cooperação com as freguesias	13
c) Articulação de projetos com associações e coletividades	14
LEd 3: JUSTIÇA SOCIAL	15
3.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões	15
a) Promoção da justiça social.....	15
b) Promoção do bem-estar	16
c) Valorização de políticas de inclusão social	17
LEd 4: PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE	18
4.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões	18
a) Criação de instrumentos de planeamento e ordenamento do território.....	18
b) Articulação de ações e medidas com as concessionárias.....	19
c) Implementação de boas práticas ambientais	19
RESUMO DO ORÇAMENTO	21
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	22
RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	24
ORÇAMENTO DA RECEITA.....	25
ORÇAMENTO DA DESPESA	27
GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP's)	30
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI).....	36
PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM)	39
QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL (QPO).....	44
ANÁLISE COMPARATIVA "ORÇAMENTO MUNICIPAL vs PLANO de AJUSTAMENTO FINANCEIRO"	45
MAPA DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	52
MAPA DE PESSOAL	53

Câmara Municipal de Borba

Assembleia Municipal de Borba



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E
ORÇAMENTO. **2015**

“BORBA faz bem!”

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA

A elaboração das grandes opções do plano e orçamento 2015 surge, à semelhança do ano anterior, numa conjuntura de grande pressão financeira para os municípios, o que obriga a um aumento do compromisso do município de Borba como promotor e interlocutor do emprego e desenvolvimento, do aprofundamento da democracia, da justiça social e do planeamento, ecologia e ambiente.

Cerca de um ano após a tomada de posse temos consciência que temos trabalhado bastante para equilibrar as contas do município, desenvolvendo, em simultâneo todas as atividades e investimentos possíveis, porque só após alcançado o desígnio do equilíbrio das contas conseguiremos ter peso negocial junto do poder central.

Continuamos a assumir que todas as despesas têm que ser bem estudadas e aprofundadas, de forma a evitar a tomada de decisões, sem a garantia de sustentabilidade de realização das mesmas, o que iria prejudicar a garantia da continuidade futura das atividades e investimentos desenvolvidos.

Sentimos que estamos a trilhar o caminho certo, já que prevemos vir a lograr, durante o ano de 2015, colocar a dívida do Município dentro dos limites impostos pela legislação.

Assim, a "responsabilidade" e a "proximidade dos serviços aos cidadãos" apresentam-se como as atitudes políticas necessárias por parte dos municípios para enfrentar os desafios atuais, sendo, também imprescindível, atender ao "bom senso", à "cautela" e à "prudência" para não comprometer as gerações vindouras.

Sempre assumimos como um dos nossos sonhos *«tornar todos os borbenses participantes na política local e não apenas cómodos e meros espetadores. Contamos com todos eles para nos indicarem o caminho mais apropriado no nosso desempenho. Temos plena consciência que a verdadeira e mais apropriada noção de democracia está muito para além daquilo que é vulgar aceitar que: "eleitores informados tomarão sempre as melhores decisões"»*.

Assim, o ano de 2015 apresenta um cenário para o Município de Borba de grande exigência e rigor, sendo imprescindível enfrentar os novos desafios com coragem, determinação e bom senso.

O Município de Borba continuará a estar ao lado de todos os borbenses, de forma solidária e ativa, procurando prosseguir com políticas de proximidade que visam salvaguardar os interesses e as aspirações das populações.

Por esse motivo, e com todo o sentido de responsabilidade, o Município não pode, não deve e não vai virar as costas à execução das suas competências, visando o bem-estar dos borbenses.

Por isso, as grandes opções do plano e o orçamento 2015 afirmam a visão estratégica que pretendemos para o concelho. E é esta visão que queremos partilhar convosco, afirmando quatro eixos estratégicos que se afiguram ambições fundamentais para o concelho de Borba: emprego e desenvolvimento, aprofundamento da democracia, justiça social e planeamento, ecologia e ambiente.

Pretendemos uma visão integradora do desenvolvimento local, que pressupõe a preocupação, não só com o presente, mas com a qualidade de vida das gerações futuras, através da valorização dos recursos endógenos, do incremento da inclusão social e da promoção de um desenvolvimento económico sustentado. Esta visão integradora do desenvolvimento sustentável constitui o pano de fundo das prioridades políticas do Município para o presente e futuro do concelho, procurando demonstrar que “BORBA faz bem!”

Ambicionamos um concelho que seja reconhecido, pelos seus munícipes, como um concelho de qualidade, para tal temos que nos dedicar com maior ênfase e focalização nos eixos estratégicos que delineámos e que assumimos serem os mais preocupantes no concelho, uma vez que assumimos que o *“coletivo é maior que a soma das partes”*.

Os borbenses já foram “postos à prova” em outros momentos difíceis e decisivos, e a sua resistência e convicção foram determinantes para ultrapassar esses momentos. Acreditamos que o Município continua a poder fazer muito em prol desta atitude tão necessária por parte de todos e temos a convicção que o fator decisivo para vencer este momento conturbado é a capacidade de aprofundamento da democracia de cada borbense, em prol do concelho.

É por isso que as grandes opções do plano e o orçamento para 2015 assumem as grandes ambições que iremos exigir para o nosso concelho e que queremos legar às novas gerações. Um concelho que se afirme como um território de qualidade, com o lema: “Borba faz bem!”.

Borba, 8 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara



António José Lopes Anselmo

INTRODUÇÃO

O ano de 2014 foi marcado por profundas alterações legislativas que limitam bastante o funcionamento dos municípios, destacando-se, de entre outras, o regime jurídico das autarquias locais (RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI ou LFL, aprovado Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), a lei geral do trabalho em funções públicas (LGT, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) e o fundo de apoio municipal (FAM, regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto).

A estas alterações legislativas de 2014 acrescem algumas aprovadas nos últimos anos, de onde se podem destacar, de entre outras, a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA, aprovado Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) e o programa de apoio à economia local (PAEL, aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro).

Por outro lado, não podemos esquecer que o Município se encontra em constante monitorização, em consequência do plano de ajustamento financeiro (PAF), elaborado e aprovado aquando da candidatura ao programa de apoio à economia local (PAEL).

Toda esta conjuntura tem levado a que uma das maiores necessidades passe por lograr colocar a dívida total do Município dentro dos limites definidos pela legislação em vigor, de forma a ganhar alguma autonomia local. Durante o ano de 2014 estima-se que o município consiga reduzir a sua dívida total, em mais de 1,5 M€ face ao início do ano (uma redução média de 125.000 euros por mês).

Assim, estima-se, durante o ano de 2015, colocar a dívida total do Município dentro do limite legal imposto, de forma a ser possível, através da monitorização do plano de ajustamento financeiro, solicitar à tutela (DGAL - Direção Geral da Administração Local, DGO - Direção Geral do Orçamento e IGF - Inspeção Geral de Finanças) a revisão do plano de ajustamento financeiro.

O POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) estabelece que todas as autarquias locais, devem elaborar os documentos previsionais, constituídos pelas grandes opções do plano e pelo orçamento. Estes documentos são de importância primordial para a gestão autárquica, pois neles estão vertidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política de curto prazo.

“A previsão dos recursos financeiros revela-se de enorme importância, uma vez que a avaliação das receitas é fator condicionante à execução das despesas. Efetivamente, uma sobreavaliação das receitas ocasionará uma ilusão de suficiência que estimulará a realização de despesas, relativamente às quais não se disporá de fundos financeiros suficientes.”¹

¹ in POCAL COMENTADO, João Batista Carvalho, Maria José Fernandes, Ana Teixeira, pp.68, Editora Rei dos Livros.

Assim, o planeamento e a programação de atividades, traduzidos na elaboração das grandes opções do plano e do orçamento, representam não só o cumprimento de um imperativo legal, como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis.

O POCAL estabelece também regras que garantem o cumprimento dos princípios orçamentais, vertidos na lei do enquadramento orçamental (LEO, aprovado pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto) e a compatibilidade com as regras previsionais, bem como o cumprimento dos princípios estabelecidos no POCF (Plano Oficial de Contabilidade Pública).

Ao planear este orçamento foram ponderadas as necessidades da população que podem e devem ser satisfeitas pela autarquia, onde são inscritas todas as receitas e despesas que o Município prevê arrecadar ou despende, durante os anos financeiros de 2015-2018, em consonância com o previsto no art.º 44º da LFL, o que implicou à elaboração do Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPO).

Relativamente ao QPO importa referir que o mesmo carece da regulamentação estabelecida no art.º 47º da LFL (o qual dispõe que *“os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após publicação da presente lei”*). Assim o decreto-lei a que se refere o art.º 47º deveria ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014.

Importa ainda atender que, nos termos do n.º 3 do art.º 47º da LFL, *“os limites (a que se refere o n.º 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.”* Entendemos que o Município não pode correr o risco de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe. Por outro lado, conforme refere a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), na sua circular 108/2014/AG, *“a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas”*.

Por este motivo, o Município, solicitou esclarecimentos à DGAL e à CCDRA (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo) acerca desta temática, tendo ambas as entidades entendido que *“devem os municípios, no mínimo, prever aquando da elaboração do quadro plurianual, que acompanha a proposta de orçamento municipal, os totais de receita e de despesa para o horizonte temporal 2015-2018, tendo em conta que os limites dessa previsão assumem carácter vinculativo para o ano de 2016 (ano seguinte ao do exercício económico). Após a sua publicação (do decreto-lei que regulamente o QPM) deverão os municípios proceder às devidas adaptações em termos de estrutura em consonância com as indicações expressas nesse diploma.”*

Assim, pese embora se apresentem os montantes totais de receita e de despesa para o horizonte temporal 2015-2018 (de forma a evitar a apresentação de um parecer prévio desfavorável aos documentos previsionais por parte da DGAL), entende o Município, tal como a ANMP, *“não estarem criadas as condições legais para cumprimento do art.º 44º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por omissão legislativa do Governo, desde 3 de janeiro de 2014. A ANMP (tal como o Município) considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário da qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.”*

O presente documento contempla também, no orçamento da despesa, a previsão com ativos financeiros, para fazer face ao cumprimento da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto [lei que aprova o regime jurídico de recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM)]. O n.º 1 do art.º 17º da referida lei estipula que o capital social do FAM é de € 650.000,00, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, € 325.000,00. Por outro lado, o n.º 3 do supramencionado artigo apresenta a fórmula de imputação do valor da contribuição global a cada município. Assim, nos termos do n.º 4, a contribuição do Município de Borba para o FAM será de € 308.762,94, que de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19º será realizado em 7 anos (€ 44.109,00 por ano, nos anos de 2015 a 2020 e € 44.108,94 no ano de 2021).

Deve ainda referir-se que, de acordo com o n.º 2 do art.º 79º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo, o plano de atividades municipal, o plano plurianual de investimentos e o quadro plurianual orçamental, estarão disponíveis para consulta pública, após a sua aprovação, no portal web do município em www.cm-borba.pt.

Apresenta-se, neste documento, a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o quadro e código de contas da classificação económica em vigor para as autarquias locais, constantes do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua adaptação às autarquias locais.

Foram ainda consideradas as receitas a arrecadar com a atualização da tabela de taxas urbanísticas e administrativas, com a taxa de inflação estimada para o ano de 2015 em proposta de Orçamento de Estado, bem como a atualização decorrente dos preços e tarifas, possíveis de definir em 2015, para abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos, em conformidade com a Lei n.º 53/E-2006, de 29 de dezembro. Relativamente a este item importa referir que o Município se encontra, à data de elaboração do orçamento, a proceder ao ciclo anual de revisão tarifária para o ano de 2015, com vista à apreciação do mesmo, por parte da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), atendendo às recomendações desta entidade e ao disposto no n.º 7 do art.º 21º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Deve ainda referir-se que a elaboração das grandes opções do plano e do orçamento para 2015 levou, em consideração, na íntegra, o PAF (plano de ajustamento financeiro), aprovado pelo município, no âmbito do PAEL (programa de apoio à economia local).

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, deve o Município «*submeter à DGAL, durante os cinco anos subsequentes à assinatura do contrato, os seus documentos previsionais (...) para apreciação técnica, antes da sua apresentação, para aprovação, à assembleia municipal*».

VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL

As grandes opções do plano e orçamento para 2015 inserem-se na estratégia de desenvolvimento local que se pretende para o município nos próximos anos, apostando na implementação de medidas que visem elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento do concelho, aprofundar a democracia, incrementar a justiça social e promover o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque no planeamento, ecologia e ambiente.

O Município define a visão estratégica central: **“Borba faz bem!”**

Esta visão estratégica, de mensagem simples e direta, fundamenta-se na avaliação das potencialidades e oportunidades do concelho, através da implementação e desenvolvimento de quatro eixos estratégicos de desenvolvimento e depende do aproveitamento das potencialidades endógenas que o concelho oferece e da superação das suas fragilidades, através de um persistente empenho do Município e da mobilização de outras instituições da comunidade, unidas pelo mesmo desígnio estratégico.

Naturalmente, não se ignora que as circunstâncias e a natureza da envolvente global do processo de desenvolvimento do concelho se vêm modificando de forma muito significativa nos últimos anos.

Com efeito, os municípios desempenham um papel essencial como focos catalisadores de desenvolvimento através dos serviços prestados e condições oferecidas aos cidadãos, às empresas e às outras organizações, o que exige uma adequada provisão dos bens e serviços públicos.

Neste contexto, a concretização da visão estratégica central acima mencionada é um objetivo ambicioso, mas realista, que tem que levar em consideração todos os aspetos acima referidos, mas também as condicionantes oriundas do PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) que o Governo de Portugal assinou com a Troika (União Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu) e o PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) que o município de Borba tem em curso, no âmbito do recurso ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local).

LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LEd's)

A prossecução da visão estratégica central, essencial para assegurar o sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial do concelho, é assegurada pela concretização das seguintes quatro linhas estratégicas de desenvolvimento (LEd's).

LEd 1. EMPREGO E DESENVOLVIMENTO, que assume como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

LEd 2. APROFUNDAR A DEMOCRACIA, que assume como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as freguesias e a articulação com as associações e coletividades do concelho.

LEd 3. JUSTIÇA SOCIAL, que assume como finalidades principais a promoção da justiça social, com o apoio aos mais carenciados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas.

LEd 4. PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE, que assume como finalidades principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de águas, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar dar resolução aos maiores problemas ambientais que assolam o concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Importa ainda referir que para que estas linhas estratégicas de desenvolvimento sejam exequíveis a médio e longo prazo, torna-se imperativo iniciar alguns projetos e ações em 2015, enquanto outros, pelas suas características, deverão ser preparados e melhor aprofundados, de forma a permitir o seu desenvolvimento ao longo de um horizonte temporal mais lato, permitindo aproveitar as oportunidades de cofinanciamento do Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 (QCA V – Portugal 2020), de forma a garantir o respeito pela lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), pelo PAF (plano de ajustamento financeiro) aprovado, no âmbito do PAEL (programa de apoio à economia local) e demais legislação em vigor.

LEd 1: EMPREGO E DESENVOLVIMENTO

O município assume o propósito estratégico de projetar o emprego e o desenvolvimento do concelho. Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

- a) Implementação de medidas geradoras de emprego;
- b) Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente, e através de parcerias;
- c) Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

1.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões

a) Implementação de medidas geradoras de emprego

A primeira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende promover a implementação de medidas geradoras de emprego. Para o efeito, o município terá que assumir que este desígnio só pode ser desenvolvido se for reconhecida a importância, a experiência e a competência detida por outras entidades nesta matéria, às quais o Município terá que recorrer para incrementar o emprego no concelho, não se escusando, no entanto, de promover individual o incremento do mesmo, dentro das suas competências e capacidades.

Programa de incentivo ao empreendedorismo local (PIEL)

O PIEL visa a promoção do desenvolvimento económico no concelho, através da implementação de um conjunto de medidas e ações destinadas a impulsionar o tecido empresarial local e a criação de novos postos de trabalho. O programa irá assentar em três objetivos estratégicos: estimular o surgimento de novas iniciativas empresariais, apoiar as atividades económicas já implementadas no concelho e impulsionar a criação de emprego. Na senda de tais objetivos o PIEL consistirá, essencialmente, na atribuição de apoio financeiro aos agentes económicos que pretendam criar ou fixar novas empresas no concelho de Borba, abraçar novas oportunidades de investimento ou gerar o próprio emprego. Financiamento que terá, inevitavelmente, como contrapartida a criação pelo respetivo destinatário de, pelo menos, um posto de trabalho, cuja manutenção deverá ser garantida por um período mínimo. O programa poderá, ainda, envolver a implementação de outros estímulos ao empreendedorismo local, nomeadamente, no que concerne à isenção de taxas municipais nos procedimentos de controlo prévio municipal e acesso a apoio dos serviços municipais.

Articulação de medidas geradoras de emprego com outras entidades

Para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja exequível é essencial que o Município reconheça que, por si só, não é possível implementar a mesma, uma vez que, a legislação restringe cada vez mais a possibilidade de o Município poder contratar pessoal para o seu mapa, obrigando inclusive, anualmente a um esforço redobrado na sua redução face a anos anteriores. Por outro lado, o quadro comunitário ainda em vigor (leia-se QREN) não cofinancia (salvo situações excecionais) despesas de administração direta, pelo que o município detém cada vez mais dificuldade em fazer face a este fenómeno que arrasa o concelho. Desta forma, é necessário encetar medidas em parceria com outras entidades, procurando encontrar soluções junto das entidades que mais competência, experiência e saber detém nesta matéria. Assim, o Município estará fortemente empenhada em procurar soluções para o emprego no concelho, em articulação com todas as entidades que possam dar bom desenvolvimento, acolhimento e apoio a esta causa.

b) Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento

A segunda dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende potenciar o desenvolvimento do concelho, individualmente, e através de parcerias. O pressuposto desta dimensão assenta no facto de permitir que sejam efetuados investimentos no concelho por parte do município, mas também outros, nos quais o município não seja o único promotor, mas se assuma como um parceiro privilegiado, permitindo, desta forma, gerar riqueza, criar emprego e dinamizar o investimento privado.

SIRAE@AC – Sistema Integrado de Acolhimento Empresarial do Alentejo Central

Esta operação foi candidatada ao aviso de concurso n.º 1/SAAAEL/2013-ALENT-32-2010-06 do INALENTEJO, no âmbito do Eixo 1 (competitividade, inovação e conhecimento) e no Regulamento Específico do “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” por parte da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central). A fraca qualificação das Zonas de Acolhimento Empresarial (ZAE) irá a curto prazo facilitar a sua desertificação ou transformá-las em zonas de empresas pouco inovadoras com pouco impacto no desenvolvimento económico. No âmbito da estratégia, um dos pilares aponta para a qualificação tecnológica das zonas de acolhimento empresarial, reforçando a aposta dos municípios na sua atratividade empresarial. O projeto SIRAE@AC tem como principal objetivo constituir uma rede de zonas de acolhimento empresarial atrativas que representem uma aposta clara e bem articulada dos municípios do Alentejo Central concertada e preparada para os desafios futuros e integradas nos recentes projetos de SRTT (sistema regional de transferência de tecnologia), PCTA (parque de ciência e tecnologia de Évora) e Europa2020/QEC1420 com base de especialização inteligente das regiões. É fundamental possibilitar às empresas o acesso incondicional e sustentável às tecnologias de informação evitando o êxodo profissional constante para centros urbanos com melhores condições de inovação e qualificação tecnológica. Pela integração e política de coesão será possível qualificar toda uma sub-região, transformando o Alentejo Central como um todo num potencial de atratividade empresarial. As empresas existentes e a instalar nas ZAE em concelhos de menor dimensão e/ou rurais terão condições equivalentes às existentes nas cidades de maior competitividade, por exemplo Évora, tornando o ecossistema entre todos mais atrativo e gerador de inovação colaborativa.

Infraestruturação do Pólo Industrial e de Apoio à Agricultura da Orada

Este pólo industrial localiza-se junto à estrada municipal 506 (EM 506), que liga esta localidade ao concelho de Estremoz e tem capacidade para 10 lotes, numa área 18.000 m². Nove lotes estão destinados a indústria e um a equipamento, com áreas compreendidas entre os 1.000 e 1.300 m². A criação deste pólo industrial pretende proporcionar à Orada um espaço para a instalação de pequenas unidades industriais, particularmente ligadas à atividade agroindustrial, desenvolvendo o potencial industrial e empresarial, promovendo a oferta de emprego e atração de população ativa para a freguesia. As obras de urbanização a desenvolver no âmbito deste projeto de loteamento assentam nas infraestruturas elétricas e de telecomunicações, viárias e arranjos exteriores, num investimento que ronda os € 160.000. Atualmente já se encontram ocupados 2 lotes, um por parte do Município, com o Pavilhão de Feiras e Exposições e um outro por particular, com a instalação de uma unidade de panificação. Assim, importa concluir este investimento, de forma a alavancar o desenvolvimento económico da Freguesia, através da atração de novos investimentos para a mesma, prevendo-se o desenvolvimento deste projeto nos anos de 2015 e 2016.

Requalificação da Estrada Borba - Barro Branco (entre a Z.I. da Cruz de Cristo e a EM 508)

A requalificação da estrada “Borba – Barro Branco” foi estimada em € 180.000, a executar entre o final de 2015 e o início de 2016 e pretende, no essencial, melhorar o estado do pavimento atual (que se encontra bastante deteriorado), de forma a garantir melhores condições de circulação e segurança. A estrutura da pavimentação a adotar terá que ter em consideração a localização da estrada, em zona de pedreiras e de diferentes acessos a áreas industriais, podendo vir a ser utilizada por veículos pesados. Assim, importa desenvolver este investimento, de forma a criar melhores condições de segurança para os utilizadores da via, prevendo-se o desenvolvimento deste projeto nos anos de 2015 e 2016.

c) Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento assume a necessidade de concretizar uma política global ao nível de património, turismo, educação, cultura e desporto, de forma a melhor delinear e concretizar uma estratégia conjunta para áreas chave do desenvolvimento do concelho.

Edifício dos Paços do Concelho

Pretende-se com este projeto continuar a recuperar e modernizar o edifício dos Paços do Concelho, dando continuidade à modernização da administração municipal. Este projeto permitirá revitalizar a zona histórica da cidade, apostando na remodelação do imóvel classificado que apresenta, de resto, um carácter eminentemente institucional. A deslocalização de alguns serviços (biblioteca, conservatória do registo civil e predial e cartório notarial de Borba) permitem repensar em um projeto que revitalize e modernize o edifício, mantendo a sua traça original e atribuindo-lhe novas funcionalidades mais adequadas às necessidades atuais, como é exemplo o balcão único já concluído desde 2010 e de novas intervenções futuras destinadas à criação do futuro posto de turismo na “antiga sala dos talhos municipais”, da recuperação do “antigo lagar” e da criação de gabinetes de serviços que permitam comportar o atual “gabinete técnico” para um funcionamento mais integrado dos serviços.

Valorização de equipamentos culturais

O Município é detentor de um vastíssimo património cultural que se tem degradado nos últimos anos, fruto do desinvestimento no mesmo, atendendo às limitações orçamentais a que tem estado sujeito. Existem contudo, investimentos que o Município não pode desprezar, sob pena de vir a suportar maiores encargos futuros por atuar tarde demais, (sendo o Celeiro da Cultura disso um exemplo, uma vez que necessita de reparações urgentes na cobertura, para evitar uma maior degradação provocada pelas infiltrações). Assim, prevê-se investir, no ano de 2015, o montante de € 20.000 para investimentos desta natureza e € 50.000 por ano, em anos seguintes.

Descentralização de competências na área da Educação

Com a celebração de protocolo de competências, o Município de Borba ganhou uma nova dimensão no paradigma educativo no concelho, nomeadamente, no que concerne à gestão de equipamentos escolares e do pessoal não docente ao serviço dos estabelecimentos escolares. Pretende-se, ao longo do ano de 2015, manter em vigor o protocolo de descentralização de competências, assumindo que o mesmo será de manter, caso se verifique que a adoção desta política educativa é a que efetivamente melhor responde às necessidades da população de Borba.

Transportes Escolares

O Município, em parceria com os estabelecimentos de ensino e os demais parceiros educativos, continuará a garantir a efetivação dos transportes escolares, através das viaturas adquiridas, para o efeito, no ano de 2008, de forma a criar condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo, independentemente do seu local de residência. No ano de 2014 foi estudada a necessidade de reforçar a frota de transportes escolares, tendo-se concluído pela necessidade de aquisição de um novo autocarro. Assim, em 2015, pretende-se proceder à aquisição de um novo autocarro para transportes escolares (por via de locação financeira), respeitando as exigências constantes da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's)

A experiência adquirida em anos anteriores tem demonstrado que as atividades de enriquecimento curricular lecionadas no concelho de Borba se apresentam como uma mais-valia importantíssima para o desenvolvimento educativo da comunidade escolar, conferindo-lhe novos conhecimentos, novas competências e melhor qualidade de vida e bem-estar. Atendendo à relevância particular do 1.º ciclo do ensino básico no percurso educativo das crianças, o Município, no seguimento dos anos letivos anteriores, proporcionará, até final do ano letivo, a estes alunos, atividades de ensino de inglês, música e atividade física e desportiva e atividades de lazer e animação.

Noites de Verão '15

Tendo como finalidade promover a dinamização socioeconómica e cultural do parque temático do mármore e de outros espaços, nos meses de verão, o Município, em 2015, promoverá a iniciativa "Noites de Verão", constituída por uma programação diversificada que abrangerá as áreas da dança, da música e da animação de rua, de forma a dinamizar este importante espaço de lazer.

Festa da Vinha e do Vinho '15

Dando continuidade à estratégia de anos anteriores, o Município, voltará a apostar na realização deste importante certame para a região, desenvolvendo as feiras temáticas de vinhos e enoturismo, gastronomia, produtos regionais, artesanato, equipamentos e serviços vitivinícolas, institucional e empresarial, de forma a captar um maior fluxo de visitantes, num momento do ano que se considera oportuno, por se tratar de época baixa para o turismo de qualidade. Procuraremos também que este certame não seja limitado ao pavilhão de eventos, mas alargado a todo o concelho, através de novas atividades e iniciativas, conferindo-lhe, desta forma, um maior alargamento e sentido de pertença por parte de todos os borbenses.

Led 2: APROFUNDAR A DEMOCRACIA

O Município assume o propósito estratégico de aprofundar a democracia no concelho como condição fundamental para ultrapassar as dificuldades, através do recurso à participação da comunidade.

Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

- a) Valorização da cidadania;
- b) Promoção da cooperação com as freguesias;
- c) Articulação de projetos com associações e coletividades.

2.1 Projetos e ações nas diferentes dimensões

a) Valorização da cidadania

A primeira dimensão estratégica assume a valorização da cidadania como condição fundamental para o aprofundamento da democracia. Pretende-se com este desígnio assumir que *“o coletivo é maior que a soma das partes”* e que só com uma verdadeira valorização da ação de cidadania o Município irá lograr desenvolver, de forma sustentada, as suas competências.

Dinamização do portal web municipal

O portal web municipal tem sido alvo de boas avaliações por parte de entidades externas, principalmente quando comparado com os restantes municípios do distrito. No entanto, o Município assume muito ainda poder vir a ser desenvolvido no mesmo, tornando-o mais acessível ao utilizador, com mais e melhores funcionalidades e com maior facilidade de comunicação entre munícipes e Município. Com este projeto, pretende-se, durante o ano de 2015, dotar o portal de mais atratividade e maior funcionalidade e facilidade de comunicação, procurando dotar o mesmo de serviços de interação *on-line*.

b) Promoção da cooperação com as freguesias

A segunda dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento assenta na promoção da cooperação com as freguesias do concelho, nomeadamente, pelo facto de serem estas as que se encontram em maior proximidade com os munícipes, e como tal, as que melhores condições apresentam para fazer face às necessidades sentidas pelos mesmos.

Descentralização de competências nas Juntas de Freguesia

A Câmara Municipal, no ano de 2015, dará continuidade à política de cooperação encetada com as freguesias. Através desta via, será promovida a consolidação da autonomia financeira das freguesias, procurando dar resposta às aspirações das populações e à resolução de problemas emergentes, dada a maior proximidade destas instituições junto das mesmas. Para o efeito foram incluídas em orçamento, as verbas a transferir por via dos acordos de execução e dos acordos de colaboração recentemente aprovados, com as devidas atualizações de 3,49%, uma vez que os mesmos estão indexados ao FEF corrente transferido para o Município das verbas de Orçamento de Estado.

Análise com as freguesias do possível desenvolvimento de novas ações

A Câmara Municipal, ao longo do ano de 2015, pretende reunir com as freguesias do concelho, continuamente, de forma a compreender melhor as necessidades de cada uma e a estudar com cada uma, a possibilidade de desenvolvimento de iniciativas conjuntas, através das quais seja possível, com a união de vontades e recursos comuns desenvolver novas ações que beneficiem a população do concelho.

c) Articulação de projetos com associações e coletividades

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento assenta no compromisso de articular ações e medidas com as associações e coletividades, de forma a garantir a participação e o envolvimento de todas as partes no desenvolvimento do concelho.

Programa de Apoio às Associações e Coletividades

A Câmara Municipal de Borba, no âmbito das suas competências pretende desenvolver o programa de apoio às associações e coletividades (PAAC), de forma a apoiar estas entidades sem fins lucrativos do concelho de Borba que promovam atividades essenciais ao desenvolvimento do concelho. A concretização e requalificação de equipamentos e a valorização da atividade das coletividades, clubes e instituições representam uma preocupação para a autarquia que, nesse sentido, pretende apoiar técnica, logística e financeiramente estas entidades locais. No concelho existem imensas associações e coletividades que, unindo os seus recursos técnicos, humanos e financeiros, procuram defender objetivos comuns, caminhando assim numa missão claramente pré-determinada. As atividades que desenvolvem são bastante importantes para o concelho, procurando a autarquia, apoiar as representações associativas em diferentes frentes, contribuindo para um maior dinamismo, alargamento e inovação das suas atividades. No ano de 2015, no âmbito do programa de apoio às associações e coletividades, a Câmara Municipal de Borba pretende cumprir o seu papel ativo enquanto agente social que procura a inclusão de todos os cidadãos e o combate à pobreza, destinando € 30.000,00 para apoio de projetos no âmbito do PAAC e € 5.000,00 para apoio à faturação com abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos urbanos.

Parcerias entre município e associações/coletividades para o desenvolvimento de iniciativas

Independentemente do PAAC, o Município pretende, durante o ano de 2015, encetar parcerias com as associações/coletividades, de forma a garantir o cumprimento das suas competências, com o conhecimento e o saber existente nestas entidades, demonstrando, desta forma, o seu reconhecimento, pelo bom desenvolvimento do concelho.

LEd 3: JUSTIÇA SOCIAL

Um Município efetivamente harmonioso e equilibrado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da dimensão social. Desta forma, as políticas de desenvolvimento social devem promover a coesão e a justiça social, com vista a atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões distintas, a considerar:

- a) Promoção da justiça social;
- b) Promoção do bem-estar;
- c) Valorização das políticas de inclusão social.

3.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões

a) Promoção da justiça social

A primeira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende promover a justiça social, enquanto linha de política social do Município, de forma a atenuar as desigualdades entre as pessoas e a combater todas as formas de pobreza e exclusão.

Desenvolvimento da Rede Social

A implantação da rede social tem contribuído para a consolidação de uma consciência coletiva em torno dos problemas sociais e para a dinamização de respostas inovadoras na promoção do desenvolvimento social no concelho. Em 2015, o Município prosseguirá o empenho na consolidação da rede social no concelho, tendo como finalidade promover um planeamento integrado do desenvolvimento social, mobilizando as competências e os recursos das instituições públicas e privadas, para garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais na comunidade.

Intervenção social nas habitações do Município

A valorização da qualidade de vida dos residentes nas unidades habitacionais propriedade do Município constitui uma prioridade no âmbito das políticas sociais, uma vez que a mudança de casa deve significar uma mudança efetiva de vida e se muitas famílias conseguem produzir esta mudança qualitativa através do empenho pessoal dos seus membros, outras há que revelam dificuldades e que, por isso, requerem ajuda e acompanhamento. Neste sentido, o Município continuará a desenvolver um forte empenho na adoção de medidas de acolhimento, acompanhamento e inclusão das famílias residentes nas habitações que fazem parte do património municipal. Por outro lado, as habitações que revelem carências habitacionais serão alvo de melhorias, no sentido de proporcionarem melhores condições aos seus moradores.

Projeto Reler

O município de Borba lançou no ano de 2009 o projeto Reler. Este projeto de cariz social e ambiental pretende apoiar as famílias, reduzindo o encargo com a aquisição de manuais, ao proporcionar a reutilização dos manuais escolares utilizados no ano letivo transato do 1.º ao 9.º ano de escolaridade. Nos últimos cinco anos foram recolhidos e reutilizados algumas centenas de manuais escolares, pelo que atendendo ao sucesso da iniciativa se pretende dar continuidade à mesma nos próximos anos letivos.

b) Promoção do bem-estar

A segunda dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende desenvolver um conjunto de ações/atividades/iniciativas que promovam o bem-estar da comunidade em geral, em todas as suas vertentes, como sejam educação, saúde, desporto, cultura, lazer, entre outras.

Unidade Móvel de Saúde

A colocação desta unidade no concelho resulta de uma cooperação interinstitucional entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Câmara Municipal de Borba. Apetrechada com os meios técnicos diferenciados, e com os meios humanos disponibilizados pelo Centro de Saúde de Borba, a viatura presta consultas de enfermagem a utentes hipertensos e diabéticos, tratamentos de enfermagem, sessões de educação para a saúde sobre diversos temas, visitas domiciliárias e respetiva avaliação de condições da população idosa. Futuramente pretende-se que sejam efetuados também rastreios e consultas médicas. A viatura desloca-se à Nora, Buscanhas, Ribeira, Talisca e Barro Branco, Alcaraviça, Aldeia de Sande, Parreira e Orada, São Gregório, Gredeira, Lagoa e Santiago de Rio de Moinhos. A unidade móvel de saúde de Borba, ao prestar cuidados de saúde primários junto das populações das freguesias rurais, permite uma maior proximidade destes cuidados com as populações isoladas e distantes, essencialmente idosas, suprimindo as dificuldades de transportes, através de um atendimento mais prático, cómodo e personalizado. O Município assume os custos inerentes ao combustível necessário ao funcionamento da viatura, manutenção da mesma e remuneração do motorista que presta este serviço.

Centro de Saúde de Borba e Extensões de Saúde de Orada e de Rio de Moinhos

Estes equipamentos constituíram durante longos anos uma grande aspiração, não só da população, bem como dos técnicos e funcionários da área da saúde. É intenção da Câmara Municipal continuar a articular atividades e colaborar com os responsáveis pelo Centro de Saúde e pelas Extensões de Saúde de Orada e de Rio de Moinhos, no sentido de proporcionar à população do concelho os serviços a que têm direito. Desta forma, reconhece-se, que a estreita colaboração com a Administração Regional de Saúde do Alentejo é de máxima importância, para o desenvolvimento integrado do concelho.

Desenvolvimento de novas iniciativas para o bem-estar e o lazer

O Município, em parceria com as entidades públicas e privadas da comunidade, pretende, em 2015, proceder ao desenvolvimento de pequenas novas iniciativas que promovam a valorização do estatuto dos idosos e dos mais jovens, e a sua inclusão, incentivando à prática de hábitos de bem-estar e de lazer.

c) Valorização de políticas de inclusão social

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende, essencialmente, valorizar as políticas de inclusão social e apoio às pessoas e instituições, através de atividades e apoios que permitam caminhar para a igualdade de oportunidades.

Apoio financeiro a estudantes

No decurso de 2015, o Município prosseguirá a sua intervenção na área da ação social escolar, através do apoio a estudantes na concessão de bolsas de estudo e atribuição de subsídios no 1.º ciclo e ensino pré-escolar aos estudantes mais necessitados, continuando, desta forma, a garantir a existência de condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo.

Componente de apoio à Família (CAF)

A componente de apoio à família é um projeto de educação que visa proporcionar às crianças em Jardim de Infância e Escola Básica um conjunto de apoios, atividades formativas e ocupacionais que permitam uma melhor otimização e gestão do seu tempo extraescolar, através de atividades lúdicas, pedagógicas e didáticas. O objetivo da componente de apoio à família é enriquecer o plano pedagógico escolar com um complemento ocupacional de qualidade. Neste domínio, o Município compromete financeiramente um esforço financeiro adicional ao que é transferido pelo Ministério da Educação, de forma a garantir que exista esta resposta, em todos os estabelecimentos de ensino (leia-se Jardins de Infância e Escolas Básicas) do concelho. Com este compromisso do município é possível garantir mais segurança e vigilância às crianças, bem como horários melhor adaptados para a receção das mesmas na escola, o acompanhamento destas durante o período de refeições e o prolongamento no final do dia, garantindo melhores condições para as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino e para os seus encarregados de educação.

Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD)

O Município de Borba assinou um protocolo de cooperação com o Instituto Nacional para a Reabilitação, tendo como objetivo a criação de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência no concelho. O SIM-PD resulta da necessidade de promover o acesso da população com deficiência a uma informação global e integrada sobre os seus direitos, benefícios e recursos existentes, de forma a desenvolver uma sociedade justa e igualitária, apoiando-as na procura das soluções mais adequadas à sua situação concreta. O serviço fará o atendimento qualificado dos munícipes com deficiências ou incapacidade e respetivas famílias, assegurando-lhes uma informação integrada sobre os direitos e benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados, procedendo ao seu correto encaminhamento e desenvolverá uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas; desenvolverá e valorizará parcerias locais que permitam articular soluções de atendimento mais eficazes; divulgará junto dos serviços, instituições e outras estruturas locais a apropriação e divulgação de boas práticas no atendimento do munícipe com deficiência ou incapacidade; e recolherá informação que permita produzir diagnósticos de caracterização das pessoas, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

LEd 4: PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE

Um concelho desenvolvido tem como base de todas as decisões a sustentabilidade (económica, social e ambiental). As competências das autarquias estão diretamente ligadas a questões de planeamento e de ordenamento do território (plano diretor municipal, planos de pormenor, planos de urbanização, etc.), bem como questões ambientais de enorme importância, de onde se pode destacar, o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos urbanos, o tratamento dos espaços verdes e o ordenamento do território. Todas estas competências têm uma forte interação com a vida dos seus munícipes, quer através dos custos inerentes aos serviços prestados pelo Município, quer através da adoção de políticas sustentáveis que terão impacto nas gerações vindouras.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões, nomeadamente:

- a) Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território
- b) Articulação de ações e medidas com as concessionárias;
- c) Implementação de boas práticas ambientais.

4.1. Projetos e ações nas diferentes dimensões

a) Criação de instrumentos de planeamento e ordenamento do território

A primeira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento procura dotar o concelho de instrumentos de gestão territorial que permitam o seu desenvolvimento sustentável nos próximos anos, uma vez que o ordenamento do território desempenha uma prioridade estratégica no conjunto das políticas públicas do município.

Plano de pormenor da Santa Bárbara

Os municípios são instituições fundamentais no planeamento e ordenamento do território, cabendo-lhes um papel determinante na elaboração de estratégias de desenvolvimento local e na definição e programação do uso do solo. Pretende-se com este projeto desenvolver um instrumento de gestão territorial capaz de prever a melhor utilização do espaço na sua área de intervenção, permitindo desenvolver novos projetos nesta área, indutores de desenvolvimento sustentável, sem pôr em causa o futuro das gerações vindouras. Atendendo a que à data de elaboração dos documentos previsionais o mesmo se encontra em fase final de elaboração, prevê-se a sua aprovação durante o ano de 2015.

Elaboração do plano de urbanização de Borba

Com este projeto pretende-se permitir que a cidade de Borba se apresente ordenada e coesa, assegurando uma adequada organização do território, através do aproveitamento racional dos recursos naturais, da salvaguarda do património cultural, da qualificação e valorização do espaço urbano e da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas, sociais e culturais. Um concelho bem ordenado pressupõe a interiorização de uma cultura de ordenamento por parte do conjunto da comunidade, devendo o mesmo ser iniciado durante o ano de 2015, pelos serviços do município.

Plano de pormenor da área de equipamentos de apoio à ecopista

Com este plano pretende-se executar um instrumento de planeamento que permita ordenar a área de equipamentos de apoio à ecopista, disciplinando a construção, garantindo a instalação de todas as atividades necessárias e essenciais a este importante projeto intermunicipal (ecopista Estremoz-Borba-Vila Viçosa), de forma a garantir a boa execução e o bom apetrechamento do mesmo no futuro. Atendendo a que à data de elaboração dos documentos previsionais o mesmo se encontra em fase final de elaboração pelos serviços do Município, prevê-se a sua aprovação durante o ano de 2015.

b) Articulação de ações e medidas com as concessionárias

A segunda dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende que o Município proceda à articulação de ações e medidas com as concessionárias dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos e industriais, uma vez que o custo associado aos mesmos é de extrema importância para o Município e para os seus municípios.

Desenvolvimento de ações e medidas em parceria com a “Águas do Centro Alentejo, SA”

A Câmara Municipal pretende ao longo do ano de 2015 desenvolver ações e medidas, em parceria com a “Águas do Centro Alentejo, SA”, de forma a permitir reduzir os custos associados ao serviço de abastecimento de águas e saneamento, melhorando a eficiência dos serviços e diminuindo as perdas do sistema.

Desenvolvimento de ações e medidas em parceria com a “Gesamb, EIM”

A Câmara Municipal pretende ao longo do ano de 2015 desenvolver ações e medidas, em parceria com a “Gesamb, EIM”, de forma a permitir reduzir os custos associados ao serviço de tratamento de resíduos urbanos, projetando um número de contentores e ecopontos mais adequados às necessidades do concelho, melhorando a eficiência dos serviços e diminuindo a pegada ambiental do Município.

c) Implementação de boas práticas ambientais

A terceira dimensão desta linha estratégica de desenvolvimento pretende proceder à implementação de boas práticas ambientais, com vista à sustentabilidade do Município. Para o efeito, pretende-se dar continuidade a atividades/iniciativas/projetos que demonstrem ser detentores dessas práticas, bem como desenvolver outros com objetivos similares.

Remodelação das redes de águas e esgotos

O Município pretende, durante o ano de 2015, proceder à remodelação da rede de águas e esgotos, em conformidade com as necessidades mais urgentes. Este investimento terá que ter continuidade nos próximos anos, atendendo ao grande volume de investimento previsto como necessário. Pretende-se com estas intervenções diminuir as perdas existentes, reduzindo os custos associados ao serviço de abastecimento e saneamento em alta, bem como apurar um tarifário mais real, com maior eficiência nos serviços e melhores práticas ambientais. Para o efeito, o orçamento de 2015 assume despesa na ordem de € 50.000 para as intervenções consideradas mais prioritárias, a desenvolver na Freguesia de Rio de Moinhos.

Realização de ações de sensibilização para a gestão dos resíduos e para a utilização responsável dos recursos

O Município, em parceria com os estabelecimentos de ensino e os demais parceiros educativos, pretende promover um conjunto de ações de sensibilização para a gestão dos resíduos e para a utilização responsável dos recursos com os objetivos de proporcionar a todos os alunos o desenvolvimento integral da sua formação no que concerne ao respeito pelo meio ambiente e à adoção de melhores práticas de cidadania; potenciando a interação entre a escola e a comunidade, disponibilizando todos os meios necessários ao desenvolvimento destes projetos educativos.

Programa Sapadores Florestais

No âmbito do protocolo de colaboração assinado com a Autoridade Nacional Florestal, o Município de Borba dispõe, por um período de 5 anos, de uma equipa de sapadores florestais. No ano de 2009, foi adquirida a viatura e os equipamentos necessários e iniciado o procedimento para contratação dos recursos humanos. Os sapadores florestais são trabalhadores especializados, com perfil e formação específica adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogo e outras infraestruturas. Estes profissionais exercem ainda funções de vigilância das áreas a que se encontram adstritos; apoio ao combate aos incêndios florestais e às subseqüentes operações de rescaldo; sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração. Com este protocolo, o Município garantiu a existência de uma equipa fundamental para a defesa do património florestal concelhio, garantindo cofinanciamento anual de € 35.000,00 por parte do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Assim, em 2015, pretende-se desenvolver um novo procedimento concursal para garantir a continuidade de uma equipa de sapadores florestais no Município, de forma a ser possível apresentar candidatura de apoio ao ICNF.

RESUMO DO ORÇAMENTO

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	6.721.685,00	Correntes	5.920.500,00
De capital	996.190,00	De capital	1.538.000,00
Total	7.717.875,00	Total	7.458.500,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	7.717.875,00	Total Geral	7.458.500,00

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O equilíbrio orçamental encontra-se previsto no capítulo IV (regras orçamentais) do RFALEI (regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), determinado o n.º 1 do art.º 40º que “os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”. Estabelece ainda o n.º 2 do mesmo artigo que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”. Assim, poderá a regra de equilíbrio orçamental ser apurada através da seguinte equação:

$$\text{Receita corrente bruta cobrada} \geq [\text{Despesa corrente} + \text{Amortizações médias de EMLP}]$$

Este artigo prevê ainda no seu n.º 3 que “o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte”. Procurou o Município esclarecer junto da DGAL sobre a viabilidade de poder ser considerado para efeitos de cálculo do equilíbrio orçamental, na fase de elaboração do orçamento municipal, o previsto neste número do art.º 40º do RFALEI. Esclareceu a DGAL que “no âmbito da análise em apreço entende-se que o cálculo a adotar que deverá prevalecer é **Receita corrente \geq [Despesa corrente + Amortizações médias de EMLP]**. Entende-se que em sede de execução poderá o previsto no n.º 3 ter o seu enquadramento fruto da própria execução do OM, devendo ser colmatado no ano imediatamente a seguir. Se o Município no seu OM não cumprir esta premissa considera-se sempre que o equilíbrio orçamental não se encontra assegurado. Qualquer situação que divirja desta premissa carecerá da devida fundamentação por parte do Município.”

Importa ainda referir que o cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos se encontra previsto no n.º 4 do mesmo artigo, estabelecendo que “(...) considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo”. Assim, o quadro seguinte apresenta, o cálculo das amortizações médias de empréstimos MLP para efeitos de demonstração do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental.

Finalidade do empréstimo	Data de contratação	Capital		Prazo (anos)	Anos decorridos até 31/12/2014	Capital em dívida a 31/12/2014	Anos em falta	Amortizações médias MLP
		Contratado	Utilizado					
Realojamento Municipal	07-09-1998	437.884,70	420.127,49	26	16	141.515,97	10	14.151,60
Projetos de investimento	22-05-2002	1.000.000,00	1.000.000,00	15	12	415.443,29	3	138.481,10
Saneamento Financeiro	22-05-2002	500.000,00	500.000,00	12	12	0,00	0	
Projetos de investimento	31-12-2004	200.000,00	200.000,00	12	11	27.255,87	1	27.255,87
Projetos de investimento	30-11-2005	480.000,00	480.000,00	12	9	177.627,91	3	59.209,30
Projetos de investimento	12-10-2006	518.000,00	518.000,00	15	8	289.175,26	7	41.310,75
Projetos de investimento	27-12-2006	67.000,00	67.000,00	15	8	37.494,24	7	5.356,32
Projetos de investimento	14-01-2008	1.815.000,00	1.815.000,00	25	7	1.459.891,32	18	81.105,07
Projetos de investimento	03-12-2008	1.200.000,00	1.200.000,00	25	6	1.017.391,28	19	53.546,91
PREDE	02-09-2009	1.056.047,00	1.056.047,00	5	5	0,00	0	
PREDE	02-09-2009	704.032,00	704.032,00	10	5	633.628,80	5	126.725,76
PAEL	21-01-2013	4.886.115,91	4.886.115,91	20	2	4.519.657,21	18	251.092,07
Total		12.864.079,61	12.846.322,40			8.719.081,15		798.234,75

Face ao exposto, entende-se que a cumprimento do equilíbrio orçamental só se encontra assegurado, em sede de orçamento, através do cálculo da equação acima referida. No quadro seguinte, apresenta-se a demonstração do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, em sede de orçamento, para o ano de 2015, nos termos do disposto no art.º 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Receitas correntes brutas	Despesa corrente	Amortizações médias de empréstimos de MLP	Despesa corrente + Amortizações médias	Equilíbrio orçamental
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(1)-(4)
6.721.685,00	5.920.500,00	798.234,75	6.718.734,75	2.950,25

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
ME		Executivo <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>
		Deliberativo <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

R E C E I T A S	MONTANTE	%	D E S P E S A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	983.250,00	12.7	01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.007.850,00	40.3
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	38.050,00	0.5	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.301.950,00	30.9
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	128.750,00	1.7	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	222.800,00	3.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	388.950,00	5.0	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	379.550,00	5.1
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.060.235,00	52.6	05 SUBSÍDIOS		
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.097.950,00	14.2	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.350,00	0.1
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.500,00	0.3			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.721.685,00	87.1	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	5.920.500,00	79.4
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	4.000,00	0.1	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	465.269,80	6.2
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	736.460,45	9.5	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23.121,20	0.3
11 ACTIVOS FINANCEIROS			09 ACTIVOS FINANCEIROS	44.109,00	0.6
12 PASSIVOS FINANCEIROS	250.000,00	3.2	10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.005.500,00	13.5
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.729,55	0.1	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	996.190,00	12.9	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	1.538.000,00	20.6
TOTAL GERAL	7.717.875,00	100.0	TOTAL GERAL	7.458.500,00	100.0

ORÇAMENTO DA RECEITA

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
MUNICIPIO DE BORBA		

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	6.721.685,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	983.250,00
01.02	OUTROS	983.250,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	700.000,00
01.02.03	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	142.450,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES IMÓVEIS	100.450,00
01.02.05	DERRAMA	40.350,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	38.050,00
02.02	OUTROS	38.050,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS	38.050,00
02.02.06.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	25.450,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	4.500,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	6.150,00
02.02.06.99	OUTROS	1.950,00
02.02.06.99.01	TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	1.650,00
02.02.06.99.99	OUTROS	300,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	128.750,00
04.01	TAXAS	119.750,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	119.750,00
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	15.650,00
04.01.23.02	LOTEAMENTO E OBRAS	82.900,00
04.01.23.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	5.300,00
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	250,00
04.01.23.99	OUTROS	15.650,00
04.01.23.99.99	OUTRAS	15.650,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	9.000,00
04.02.01	JUROS DE MORA	3.500,00
04.02.02	JUROS COMPENSATORIOS	350,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	2.250,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	2.900,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	388.950,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	200,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	200,00
05.10	RENDAS	388.750,00
05.10.01	TERRENOS	2.550,00
05.10.99	OUTROS	386.200,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.060.235,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.060.235,00
06.03.01	ESTADO	3.949.685,00
06.03.01.01	FUNDO EQUILIBRIO FINANCEIRO	2.978.853,00
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	116.989,00
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	172.193,00
06.03.01.99	OUTROS	681.650,00
06.03.01.99.02	DREA	609.400,00
06.03.01.99.03	SAPADORES FLORESTAIS	39.400,00
06.03.01.99.04	GABINETE TÉCNICO FLORESTAL	12.200,00
06.03.01.99.09	OUTRAS	20.650,00
06.03.06	ESTADO-PART.COMUNITÁRIA PROJECTOS CO-FINANCIADOS	19.000,00
06.03.06.02	FEDER	19.000,00
06.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	91.550,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.097.950,00
07.01	VENDA DE BENS	367.350,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	50,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	250,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	62.700,00
07.01.08	MERCADORIAS	304.150,00
07.01.08.01	AGUA	303.000,00
07.01.08.09	OUTRAS MERCADORIAS	1.150,00

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
MUNICIPIO DE BORBA		

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	200,00
07.01.11.02	OUTROS PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	200,00
07.02	SERVIÇOS	504.450,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	32.700,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	46.850,00
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	16.900,00
07.02.08.02.99	OUTROS	16.900,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	29.950,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	422.650,00
07.02.09.01	SANEAMENTO	159.150,00
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	206.100,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	22.350,00
07.02.09.03.02	TRANSPORTES ESCOLARES	22.350,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	13.600,00
07.02.09.05	CEMITÉRIOS	17.550,00
07.02.09.99	OUTROS SERVIÇOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS	3.900,00
07.02.99	OUTROS SERVIÇOS	2.250,00
07.03	RENDAS	226.150,00
07.03.01	HABITAÇÕES	13.050,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	61.150,00
07.03.99	OUTRAS	151.950,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.500,00
08.01	OUTRAS	24.500,00
08.01.99	OUTRAS	24.500,00
08.01.99.05	INDEMINIZAÇÃO DE SEGUROS	15.350,00
08.01.99.99	DIVERSAS	9.150,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	996.190,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	4.000,00
09.01	TERRENOS	4.000,00
09.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ADM.LOCAL- CONTINENTE	4.000,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	736.460,45
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	736.460,45
10.03.01	ESTADO	330.984,00
10.03.01.01	FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	330.984,00
10.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÕES COMUNITÁRIAS EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	405.476,45
10.03.07.01	FEDER	275.758,47
10.03.07.02	FUNDO DE COESÃO	129.717,98
12	PASSIVOS FINANCEIROS	250.000,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	250.000,00
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	250.000,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.729,55
13.01	OUTRAS	5.729,55
13.01.99	OUTRAS	5.729,55
TOTAL DAS RECEITAS		7.717.875,00

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

ORÇAMENTO DA DESPESA

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA	DOTAÇÕES INICIAIS
MUNICÍPIO DE BORBA	(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DO ANO 2015

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	8.600,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		8.600,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		8.600,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		8.600,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		7.600,00
	01.02.13.02	OUTROS		7.600,00
02		CAMARA MUNICIPAL E SERVICOS MUNICIPALIZADOS	7.449.900,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		5.911.900,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		2.999.250,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		2.107.100,00
	01.01.01	MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		72.850,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		1.279.250,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.279.250,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO ATERMO		114.050,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		114.050,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		5.650,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		900,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		17.900,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		180.250,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		285.800,00
	01.01.15	REMUNERAÇÃO POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE		150.550,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		56.200,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		4.050,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		11.400,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		3.150,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		6.000,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		15.400,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		5.200,00
	01.02.13.02	OUTROS		5.200,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		11.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		835.950,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		209.400,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		28.050,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		18.550,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		478.000,00
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)		8.000,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		470.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		327.200,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		142.800,00
	01.03.09	SEGUROS		26.750,00
	01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		26.750,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		75.200,00
	01.03.10.01	EVENTUALIDADE, MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		75.200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.301.950,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.177.593,14
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		300,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		215.450,00
	02.01.02.01	GASOLINA		4.200,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		142.000,00
	02.01.02.99	OUTROS		69.250,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		24.200,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		31.440,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS POR CONFECCIONAR		23.350,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		6.450,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		6.750,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		13.700,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		13.350,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		8.450,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		3.850,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		839.495,92
	02.01.16.01	ÁGUA		839.495,92
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2.200,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.450,00
	02.01.21	OUTROS BENS		32.049,19
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.143.564,89
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		127.250,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		30.987,50
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		30.937,50
	02.02.10	TRANSPORTES		26.250,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		6.700,00
	02.02.12	SEGUROS		25.300,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		750,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		1.250,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		350,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		42.006,80
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		128.349,25
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		36.950,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		686.483,84
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		222.800,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		180.900,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		180.900,00
	03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		2.000,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		178.900,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		100,00
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		100,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		2.500,00
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		2.500,00
	03.05	OUTROS JUROS		39.250,00
	03.05.02	OUTROS		39.250,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		50,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		50,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		379.550,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES FINANCEIRAS		60.000,00
	04.01.02	PRIVADAS		60.000,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		4.200,00
	04.03.01	ESTADO		4.200,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		96.750,00
	04.05.01	CONTINENTE		96.750,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		53.750,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		41.850,00
	04.05.01.08	OUTRAS		1.150,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		41.000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		41.000,00
	04.08	FAMÍLIAS		177.600,00
	04.08.02	OUTRAS		177.600,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.350,00
	06.02	DIVERSAS		8.350,00
	06.02.03	OUTRAS		8.350,00
	06.02.03.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES		650,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		7.650,00
	06.02.03.05	OUTRAS		50,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		1.538.000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		465.269,80
	07.01	INVESTIMENTOS		293.850,00
	07.01.01	TERRENOS		18.650,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		93.550,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		30.900,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		62.150,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		500,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		3.350,00
	07.01.04.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		1.000,00
	07.01.04.10	INFRAESTRUTURAS POARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELECTRICA		500,00
	07.01.04.12	CEMITÉRIOS		1.850,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		70.000,00
	07.01.06.02	OUTRO		70.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		5.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		15.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		350,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		16.750,00
	07.01.10.02	OUTRO		16.750,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		250,00
	07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		20.950,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		50.000,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		37.500,00
	07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		37.500,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		133.919,80
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		133.419,80
	07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS		5.219,80
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		7.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA		49.450,00
	07.03.03.09	VIAÇÃO RURAL		51.750,00
	07.03.03.13	OUTRAS - CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS (BDP)		20.000,00
	07.03.05	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		500,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		23.121,20
	08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		10.221,20
	08.03.01	ESTADO		10.221,20
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		11.900,00
	08.05.01	CONTINENTE		11.900,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS		11.900,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-		1.000,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		44.109,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		44.109,00
	09.08.02	SOCIED.E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS-PUBLICAS		44.109,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		1.005.500,00
	10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		250.000,00
	10.05.03	SOC.FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTIT.FINANCEIRAS		250.000,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		755.500,00
	10.06.03	SOC.FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTIT.FINANCEIRAS		755.500,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				7.458.500,00

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	GRANDES OPÇÕES DO PLANO - FUNC. PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

FUNCIONAL OBJ./PRG.	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO	DESCRICO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	FORMA DE REALIZAO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON- SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUITES				
														TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFIN	2016	2017	2018		OUTROS
A TRANSPORTAR ...												520.569,25	520.569,25			549.919,25	507.800,00			2227207,75	
1.1.1.9.	012	2015 I 12	02/08050104	OUTRA					2015/01/02	2018/12/31	0			11.900,00	11.900,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		47.900,00
1.1.1.9.	020	2015 A 20	02/010301	OUTRA					2015/01/02	2017/12/31				120.100,00	120.100,00		120.100,00	69.650,00			309.850,00
1.2.														1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
1.2.1.														1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
1.2.1.	013	2015 I 13	02/080701	OUTRA					2015/01/02	2018/12/31				1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.														2.257.321,75	2.257.321,75		2153530,46	1898936,44	1734970,00		8044758,65
2.1.														512.490,00	512.490,00		481.550,00	481.550,00	481.550,00		1957140,00
2.1.1.														461.850,00	461.850,00		439.850,00	439.850,00	439.850,00		1781400,00
2.1.1.1.	004	2009 I 4	02/07011002	OUTRA				USC	2010/01/01	2015/12/31	P			500,00	500,00						500,00
2.1.1.1.	041	2009 I 41	02/07011002	OUTRA				USC	2009/10/01	2015/12/31	P			500,00	500,00						500,00
2.1.1.1.	020	2014 A 20	02/020220	OUTRA					2014/09/30	2015/06/30				21.000,00	21.000,00						21.000,00
2.1.1.1.	004	2015 A 4		OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31				439.850,00			439.850,00	439.850,00	439.850,00		1759400,00
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/01010401												232.400,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/010113												35.150,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/010114												45.600,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/010115												27.350,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/010205												1.050,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/010303												850,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/01030501												8.000,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/0103050201												54.750,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/0103050202												21.050,00						
2.1.1.1.	004	2015 A 4	02/01031001												13.650,00						
2.1.2.														50.640,00	50.640,00		41.700,00	41.700,00	41.700,00		175.740,00
2.1.2.	006	2014 A 6							2014/01/01	2015/02/28				7.590,00							7.590,00
2.1.2.	006	2014 A 6	02/02010299												1.000,00						
2.1.2.	006	2014 A 6	02/020104												100,00						
2.1.2.	006	2014 A 6	02/020105												390,00						
2.1.2.	006	2014 A 6	02/020106												6.000,00						
2.1.2.	006	2014 A 6	02/020121												100,00						
2.1.2.	005	2015 A 5		OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31				43.050,00			41.700,00	41.700,00	41.700,00		168.150,00
2.1.2.	005	2015 A 5	02/02010299												1.000,00						
2.1.2.	005	2015 A 5	02/020104												500,00						
2.1.2.	005	2015 A 5	02/020105												31.050,00						
2.1.2.	005	2015 A 5	02/020106												10.000,00						
2.1.2.	005	2015 A 5	02/020121												500,00						
2.2.														11.221,20	11.221,20		2.500,00	2.500,00	2.500,00		18.721,20
A TRANSPORTAR ...												1.166.059,25	1.166.059,25		1263569,25	1114119,25	1002350,00		4546097,75		

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	GRANDES OPÇÕES DO PLANO - FUNC. PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

FUNCIONAL OBJ./PRG.	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON- SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			
														TOTAL	DEFINIDO	NAO DEPIN	2016	2017	2018	
A TRANSPORTAR ...												1.166.059,25	1.166.059,25		1263569,25	1114119,25	1002350,00		4546097,75	
2.2.1.													11.221,20	11.221,20		2.500,00	2.500,00	2.500,00		18.721,20
2.2.1.	006	2015	A 6	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	02/020220	OUTRA		USC	2015/01/02	2018/12/31			1.000,00	1.000,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00		8.500,00
2.2.1.	014	2015	I 14	Saude oral - escovagem dentaria em escolas do 1º ciclo	02/080301	OUTRA			2015/01/02	2015/12/31	0		10.221,20	10.221,20						10.221,20
2.2.1.				Protocolo de aquisição de equipamento de Ressonância Magnética Nuclear	02/080301	OUTRA			2015/01/02	2015/12/31	0		10.221,20	10.221,20						10.221,20
2.3.				SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS									13.500,00	13.500,00		13.750,00	13.750,00	13.750,00		54.750,00
2.3.2.				ACÇÃO SOCIAL									13.500,00	13.500,00		13.750,00	13.750,00	13.750,00		54.750,00
2.3.2.	007	2015	A 7	Apoio a entidades de ação social	02/040701	OUTRA			2015/01/02	2018/12/31			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.3.2.	008	2015	A 8	Apoio a estudantes	02/040802	OUTRA		USC	2015/01/02	2018/12/31			12.500,00	12.500,00		12.750,00	12.750,00	12.750,00		50.750,00
2.4.				HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS									1.407.262,66	1.407.262,66		1231880,46	1122286,44	953.320,00		4714749,56
2.4.2.				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO									7.500,00	7.500,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		37.500,00
2.4.2.2.				REABILITAÇÃO URBANA E RURAL									7.500,00	7.500,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		37.500,00
2.4.2.2.	004	2013	I 4	VALORIZAÇÃO DA CIDADE DE BORBA	02/070305	OUTRA		UQM	2013/01/02	2015/12/31			500,00	500,00						500,00
2.4.2.2.	015	2015	I 15	Arranjos paisagisticos	02/070305	ADM. DIR.			2015/01/02	2018/12/31			7.000,00	7.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		37.000,00
2.4.3.				SANEAMENTO									394.545,61	394.545,61		288.522,64	269.012,81	205.000,00		1157081,06
2.4.3.	001	2005	A 1	SANEAMENTO (ACORDO)	02/020225	OUTRA		UCOMAS U	2005/01/01	2017/07/30	9		46.825,81	46.825,81		33.522,64	44.012,81			124.361,26
2.4.3.	008	2014	A 8	SANEAMENTO 2014	02/020225	OUTRA		UCOMAS U	2014/01/01	2015/02/28	9		84.000,00	84.000,00						84.000,00
2.4.3.	015	2014	I 15	REMODELAÇÃO DA REDE DE AGUAS RESIDUAIS (PLUVIAIS E SANEAMENTO) DA AV. D. DINIS MELO E CASTRO	02/07030302	ADM. DIR.			2014/01/01	2015/03/30			500,00	500,00						500,00
2.4.3.	009	2015	A 9	Saneamento	02/020225	OUTRA			2015/01/02	2018/12/31	P		258.500,00	258.500,00		250.000,00	220.000,00	200.000,00		928.500,00
2.4.3.	017	2015	I 17	Ampliação e/ou remodelação da rede de aguas residuais (saneamento e aguas pluviais)	02/07030302	ADM. DIR.			2015/01/02	2018/12/31	P		4.719,80	4.719,80		5.000,00	5.000,00	5.000,00		19.719,80
2.4.4.				ABASTECIMENTO DE ÁGUA									862.067,05	862.067,05		797.807,82	727.723,63	622.770,00		3010368,50
2.4.4.	002	2005	A 2	ABASTECIMENTO (ACORDO)	02/02011601	OUTRA		UCOMAS U	2005/01/01	2017/07/30	9		108.417,05	108.417,05		128.937,82	68.113,63			305.468,50
2.4.4.	009	2014	A 9	ABASTECIMENTO 2014	02/02011601	OUTRA		UCOMAS U	2014/01/01	2015/02/28	9		235.000,00	235.000,00						235.000,00
2.4.4.	010	2015	A 10	Abastecimento	02/02011601	OUTRA			2015/01/02	2018/12/31			451.200,00	451.200,00		450.000,00	420.000,00	400.000,00		1721200,00
2.4.4.	018	2015	I 18	Ampliação e/ou remodelação da rede de abastecimento	02/07030307	ADM. DIR.			2015/01/02	2018/12/31			49.450,00	49.450,00		201.870,00	212.610,00	215.770,00		679.700,00
2.4.4.	019	2015	I 19	Contadores de água	02/07011002	OUTRA			2015/01/02	2018/12/31			6.000,00	6.000,00		7.000,00	7.000,00	7.000,00		27.000,00
2.4.4.	020	2015	I 20	Identificação e reparação de roturas - rede de abastecimento	02/070113	OUTRA			2015/06/30	2017/12/31	0		12.000,00	12.000,00		10.000,00	20.000,00			42.000,00
A TRANSPORTAR ...												2.454.893,11	2.454.893,11		2376149,71	2137105,69	1856370,00		8824518,51	

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO - FUNC. PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
MUNICÍPIO DE BORBA		

PÁGINA : 4

FUNCIONAL OBJ./PRG.	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPO- SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NAO DEPIN	2016	2017	2018	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...													2.454.893,11	2.454.893,11		2376149,71	2137105,69	1856370,00		8824518,51		
2.4.5.				RESÍDUOS SÓLIDOS											141.300,00	141.300,00		130.550,00	110.550,00	110.550,00		492.950,00
2.4.5.	010	2014	A 10	RESIDUOS SOLIDOS	02/020225	OUTRA				UCMAS U	2014/01/01	2015/02/28	9		10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.4.5.	011	2014	A 11	SACOS PARA RESIDUOS SOLIDOS (LIXO DOMESTICO E MOLOK'S)	02/020104	OUTRA				UCMAS U	2014/01/01	2018/12/31			11.300,00	11.300,00		10.550,00	10.550,00	10.550,00		42.950,00
2.4.5.	011	2015	A 11	Resíduos sólidos	02/020225	OUTRA						2015/01/02	2018/12/31		120.000,00	120.000,00		120.000,00	100.000,00	100.000,00		440.000,00
2.4.6.				PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATURE											1.850,00	1.850,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		16.850,00
2.4.6.	021	2015	I 21	Melhoramentos dos cemitérios	02/07010412	ADM. DIR.						2015/01/02	2018/12/31		1.850,00	1.850,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		16.850,00
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS CULTURA											312.847,89	312.847,89		423.850,00	278.850,00	283.850,00		1299397,89
2.5.1.				INICIATIVAS CULTURAIS 2014											82.705,00	82.705,00		107.500,00	107.500,00	107.500,00		405.205,00
2.5.1.	012	2014	A 12	INICIATIVAS CULTURAIS 2014		OUTRA				USC	2014/01/01	2015/02/28	9		6.500,00							6.500,00
2.5.1.	012	2014	A 12		02/020115											1.000,00						
2.5.1.	012	2014	A 12		02/020121											500,00						
2.5.1.	012	2014	A 12		02/020220											5.000,00						
2.5.1.	012	2015	A 12	Iniciativas culturais		OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31			56.205,00			57.500,00	57.500,00	57.500,00		228.705,00
2.5.1.	012	2015	A 12		02/020106											7.350,00						
2.5.1.	012	2015	A 12		02/020109											300,00						
2.5.1.	012	2015	A 12		02/020115											2.200,00						
2.5.1.	012	2015	A 12		02/020121											1.300,00						
2.5.1.	012	2015	A 12		02/020201											1.700,00						
2.5.1.	012	2015	A 12		02/020212											200,00						
2.5.1.	012	2015	A 12		02/020220											43.155,00						
2.5.1.	022	2015	I 22	Valorização de equipamentos culturais	02/07010302	OUTRA						2015/01/02	2018/12/31		20.000,00	20.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		170.000,00
2.5.2.				DESPORTO, RECREIO E LAZER											230.142,89	230.142,89		316.350,00	171.350,00	176.350,00		894.192,89
2.5.2.	007	2004	I 7	PARKUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES - PROJECTO	02/070113	OUTRA				USC	2004/01/01	2015/12/31	4		8.950,00	8.950,00						8.950,00
2.5.2.	013	2014	A 13	APOIO A ENTIDADES DESPORTIVAS DE RECREIO E LAZER	02/040701	OUTRA				USC	2014/01/01	2015/02/28	9		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.5.2.	015	2014	A 15	PISCINAS COBERTAS		OUTRA				USC	2014/01/01	2015/02/28	9		14.606,80							14.606,80
2.5.2.	015	2014	A 15		02/02010299											10.000,00						
2.5.2.	015	2014	A 15		02/020109											1.000,00						
2.5.2.	015	2014	A 15		02/020201											3.000,00						
2.5.2.	015	2014	A 15		02/020219											606,80						
2.5.2.	013	2015	A 13	Apoio a entidades desportivas de recreio e lazer	02/040701	OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31			35.000,00	35.000,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		140.000,00
2.5.2.	014	2015	A 14	Iniciativas desportivas, de recreio e lazer		OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31			7.600,00			7.850,00	7.850,00	7.850,00		31.150,00
2.5.2.	014	2015	A 14		02/020115											650,00						
2.5.2.	014	2015	A 14		02/020121											1.300,00						
2.5.2.	014	2015	A 14		02/020220											5.650,00						
A TRANSPORTAR ...													2.751.904,91	2.751.904,91		2662049,71	2403005,69	2122270,00		9939230,31		

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO - FUNC. PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
MUNICÍPIO DE BORBA		

PÁGINA : 5

FUNCIONAL OBJ./PRG.	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPO- SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NAO DEPIN	2016	2017	2018	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...													2.751.904,91	2.751.904,91				2403005,69	2122270,00			9939230,31
2.5.2.	015	2015	A 15	Piscinas Cobertas		OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31			89.136,09			90.200,00	80.200,00	80.200,00		339.736,09
2.5.2.	015	2015	A 15		02/02010299											47.850,00						
2.5.2.	015	2015	A 15		02/020109											5.100,00						
2.5.2.	015	2015	A 15		02/020121											1.086,09						
2.5.2.	015	2015	A 15		02/020201											27.000,00						
2.5.2.	015	2015	A 15		02/020203											500,00						
2.5.2.	015	2015	A 15		02/020219											7.100,00						
2.5.2.	015	2015	A 15		02/020225											500,00						
2.5.2.	016	2015	A 16	Piscinas descobertas		OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31			27.700,00			28.300,00	28.300,00	28.300,00		112.600,00
2.5.2.	016	2015	A 16		02/020109											2.050,00						
2.5.2.	016	2015	A 16		02/020121											4.000,00						
2.5.2.	016	2015	A 16		02/020201											1.650,00						
2.5.2.	016	2015	A 16		02/020225											20.000,00						
2.5.2.	023	2015	I 23	Valorização de equipamentos desportivos	02/07010302	OUTRA					2015/01/02	2018/12/31			5.150,00	5.150,00		20.000,00	10.000,00	10.000,00		45.150,00
2.5.2.	024	2015	I 24	Piscinas cobertas - Instalação de painéis solares	02/07010302	OUTRA					2016/01/02	2016/03/30	0		10.000,00	10.000,00		120.000,00				130.000,00
2.5.2.	034	2015	I 34	Valorização de equipamentos de recreio e lazer	02/07010302					UCM	2015/01/02	2018/12/31			27.000,00	27.000,00		15.000,00	10.000,00	15.000,00		67.000,00
3.				FUNÇÕES ECONÓMICAS											327.400,00	327.400,00		648.000,00	248.000,00	248.000,00		1471400,00
3.2.				INDÚSTRIA E ENERGIA											164.150,00	164.150,00		265.000,00	125.000,00	125.000,00		679.150,00
3.2.1.				ESPAÇOS INDUSTRIAIS											38.650,00	38.650,00		140.000,00				178.650,00
3.2.1.	024	2009	I 24	POLO INDUSTRIAL DE RIO DE MOINHOS - AQUISIÇÃO DE TERRENOS	02/070101	OUTRA				UCOMAS U	2009/01/01	2015/12/31	2		18.650,00	18.650,00						18.650,00
3.2.1.	025	2015	I 25	Polo Industrial da Orada	02/07030313	ADM. DIR.					2015/01/02	2016/12/31	0		20.000,00	20.000,00		140.000,00				160.000,00
3.2.2.				ILUMINAÇÃO PÚBLICA											125.500,00	125.500,00		125.000,00	125.000,00	125.000,00		500.500,00
3.2.2.	017	2015	A 17	Rede de iluminação pública	02/020225	OUTRA					2015/01/02	2018/12/31			125.000,00	125.000,00		125.000,00	125.000,00	125.000,00		500.000,00
3.2.2.	026	2015	I 26	Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	02/07010410	OUTRA					2015/01/02	2015/12/31			500,00	500,00						500,00
3.3.				TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES											52.750,00	52.750,00		207.000,00	47.000,00	47.000,00		353.750,00
3.3.1.				TRANSPORTES RODOVIÁRIOS											52.750,00	52.750,00		207.000,00	47.000,00	47.000,00		353.750,00
3.3.1.1.				GESTÃO DE TRANSITO											1.000,00	1.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		7.000,00
3.3.1.1.1.				Sinalização	02/07010409	OUTRA					2015/01/02	2018/12/31			1.000,00	1.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		7.000,00
3.3.1.1.2.				VIAS, ARRUMAMENTOS E PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS											51.750,00	51.750,00		205.000,00	45.000,00	45.000,00		346.750,00
3.3.1.1.2.	027	2015	I 27	Caminhos Rurais - reconstrução	02/07030308	ADM. DIR.				UCM	2015/01/02	2018/12/31			5.100,00	5.100,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		35.100,00
3.3.1.2.	028	2015	I 28	Valorização de estradas e arruamentos	02/07030308	ADM. DIR.					2015/01/02	2018/12/31			26.650,00	26.650,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		131.650,00
3.3.1.2.	029	2015	I 29	Estrada Borba/ Barro Branco	02/07030308	ADM. DIR.					2015/01/02	2016/12/31			20.000,00	20.000,00		160.000,00				180.000,00
3.4.				COMÉRCIO E TURISMO											50.500,00	50.500,00		76.000,00	76.000,00	76.000,00		278.500,00
A TRANSPORTAR ...													3.127.791,00	3.127.791,00				3407549,71	2703505,69	2427770,00		11666616,40

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	GRANDES OPÇÕES DO PLANO - FUNC. PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 6

FUNCIONAL OBJ./PRG.	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON- SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE			
														TOTAL	DEFINIDO	NAO DEPIN	2016	2017		2018
A TRANSPORTAR ...												3.127.791,00	3.127.791,00		3407549,71	2703505,69	2427770,00		11666616,40	
3.4.1.												500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
3.4.1.	031	2015 I 31	MERCADOS E FEIRAS	02/07010303	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31		500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00	
			Valorização de equipamentos de mercados e feiras																	
3.4.2.			TURISMO									50.000,00	50.000,00		75.000,00	75.000,00	75.000,00		275.000,00	
3.4.2.	032	2015 I 32	Festa da vinha e do vinho	02/070115	OUTRA				2015/06/01	2018/12/31		50.000,00	50.000,00		75.000,00	75.000,00	75.000,00		275.000,00	
3.5.			OUTRAS FUNÇÕES ECONOMICAS									60.000,00	60.000,00		100.000,00				160.000,00	
3.5.	019	2015 A 19	Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Local	02/040102	OUTRA				2015/01/02	2016/12/31		60.000,00	60.000,00		100.000,00				160.000,00	
4.			OUTRAS FUNÇÕES									97.859,00	97.859,00		99.109,00	99.109,00	99.109,00	132.326,94	527.512,94	
4.2.			TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES									53.750,00	53.750,00		55.000,00	55.000,00	55.000,00		218.750,00	
4.2.	018	2015 A 18	Transferências correntes junta de freguesia	02/04050102	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31		53.750,00	53.750,00		55.000,00	55.000,00	55.000,00		218.750,00	
4.3.			DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS									44.109,00	44.109,00		44.109,00	44.109,00	44.109,00	132.326,94	308.762,94	
4.3.	033	2015 I 33	Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	02/090802	OUTRA				2015/01/02	2021/12/31		44.109,00	44.109,00		44.109,00	44.109,00	44.109,00	132.326,94	308.762,94	
TOTAL GERAL												3.336.150,00	3.336.150,00		3682658,71	2878614,69	2602879,00	132.326,94	12632629,34	

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NAO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	PC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
												TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...												200.871,20	200.871,20		338.000,00	241.000,00	198.000,00		977.871,20	
2.4.3.	02/07030302	017	2015	17	Ampliação e/ou remodelação da rede de águas residuais (saneamento e águas pluviais)	ADM. DIR.				2015/01/02	2018/12/31	P	4.719,80	4.719,80		5.000,00	5.000,00	5.000,00		19.719,80
2.4.4.	02/07030307	018	2015	18	Abastecimento de Água Ampliação e/ou remodelação da rede de abastecimento	ADM. DIR.				2015/01/02	2018/12/31		67.450,00	67.450,00		218.870,00	239.610,00	222.770,00		748.700,00
2.4.4.	02/07011002	019	2015	19	Contadores de água	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31	0	49.450,00	49.450,00		201.870,00	212.610,00	215.770,00		679.700,00
2.4.4.	02/070113	020	2015	20	Identificação e reparação de roturas - rede de abastecimento	OUTRA				2015/06/30	2017/12/31	0	6.000,00	6.000,00		7.000,00	7.000,00	7.000,00		27.000,00
2.4.4.	02/070113	020	2015	20	Identificação e reparação de roturas - rede de abastecimento	OUTRA				2015/06/30	2017/12/31	0	12.000,00	12.000,00		10.000,00	20.000,00			42.000,00
2.4.6.					Protecção Meio Ambiente Conservação da Natureza								1.850,00	1.850,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		16.850,00
2.4.6.	02/07010412	021	2015	21	Melhoramentos dos cemitérios	ADM. DIR.				2015/01/02	2018/12/31		1.850,00	1.850,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		16.850,00
2.5.					Servicos Culturais, Recreativos e Religiosos Cultura								71.100,00	71.100,00		205.000,00	70.000,00	75.000,00		421.100,00
2.5.1.					Valorização de equipamentos culturais	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31		20.000,00	20.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		170.000,00
2.5.1.	02/07010302	022	2015	22	Valorização de equipamentos culturais	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31		20.000,00	20.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		170.000,00
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer								51.100,00	51.100,00		155.000,00	20.000,00	25.000,00		251.100,00
2.5.2.	02/070113	007	2004	7	PARQUE DE PEIRAS E EXPOSIÇÕES - PROJECTO	OUTRA			USC	2004/01/01	2015/12/31	4	8.950,00	8.950,00						8.950,00
2.5.2.	02/07010302	023	2015	23	Valorização de equipamentos desportivos	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31		5.150,00	5.150,00		20.000,00	10.000,00	10.000,00		45.150,00
2.5.2.	02/07010302	024	2015	24	Piscinas cobertas - Instalação de painéis solares	OUTRA				2016/01/02	2016/03/30	0	10.000,00	10.000,00		120.000,00				130.000,00
2.5.2.	02/07010302	034	2015	34	Valorização de equipamentos de recreio e lazer				UOM	2015/01/02	2018/12/31		27.000,00	27.000,00		15.000,00	10.000,00	15.000,00		67.000,00
3.					Funções económicas								142.400,00	142.400,00		423.000,00	123.000,00	123.000,00		811.400,00
3.2.					Indústria e energia								39.150,00	39.150,00		140.000,00				179.150,00
3.2.	02/070101	024	2009	24	POLO INDUSTRIAL DE RIO DE MOLINHOS - AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA			UOMASU	2009/01/01	2015/12/31	2	18.650,00	18.650,00						18.650,00
3.2.	02/07030313	025	2015	25	Polo Industrial da Grada	ADM. DIR.				2015/01/02	2016/12/31	0	20.000,00	20.000,00		140.000,00				160.000,00
3.2.	02/07010410	026	2015	26	Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	OUTRA				2015/01/02	2015/12/31		500,00	500,00						500,00
3.3.					Transportes e comunicações								52.750,00	52.750,00		207.000,00	47.000,00	47.000,00		353.750,00
3.3.1.					Transportes rodoviários								52.750,00	52.750,00		207.000,00	47.000,00	47.000,00		353.750,00
3.3.1.	02/07010409	030	2015	30	Sinalização	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31		1.000,00	1.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		7.000,00
3.3.1.	02/07030308	027	2015	27	Caminhos Rurais - reconstrução	ADM. DIR.			UOM	2015/01/02	2018/12/31		5.100,00	5.100,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		35.100,00
3.3.1.	02/07030308	028	2015	28	Valorização de estradas e arruamentos	ADM. DIR.				2015/01/02	2018/12/31		26.650,00	26.650,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		131.650,00
3.3.1.	02/07030308	029	2015	29	Estrada Borba/ Barro Branco	ADM. DIR.				2015/01/02	2016/12/31		20.000,00	20.000,00		160.000,00				180.000,00
3.4.					Comércio e turismo								50.500,00	50.500,00		76.000,00	76.000,00	76.000,00		278.500,00
3.4.1.					Mercados e feiras								500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00
3.4.1.	02/07010303	031	2015	31	Valorização de equipamentos de mercados e feiras	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31		500,00	500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		3.500,00
3.4.2.					Turismo								50.000,00	50.000,00		75.000,00	75.000,00	75.000,00		275.000,00
3.4.2.	02/070115	032	2015	32	Festa da vinha e do vinho	OUTRA				2015/06/01	2018/12/31		50.000,00	50.000,00		75.000,00	75.000,00	75.000,00		275.000,00
A TRANSPORTAR ...												488.391,00	488.391,00		1.194.870,00	683.610,00	628.770,00		2.995.641,00	

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	
A TRANSPORTAR ...												488.391,00	488.391,00		1.194.870,00	683.610,00	628.770,00		2.995.641,00	
4.			Outras funções																	
4.3.			Diversas não especificadas																	
4.3.	02/090802	033	Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	OUTRA				2015/01/02	2021/12/31											
TOTAL GERAL ...												532.500,00	532.500,00		1.238.979,00	727.719,00	672.879,00	132.326,94	3.304.403,94	

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM)

PÁGINA : 1

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	PC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE						
												INICIO	FIM	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEPIN	2016	2017		2018	OUTROS
1.			Funções Gerais									471.919,25	471.919,25		454.019,25	401.569,25	332.800,00		1.660.307,75		
1.1.			Serviços Gerais de Administração Pública									471.919,25	471.919,25		454.019,25	401.569,25	332.800,00		1.660.307,75		
1.1.1.			Administracao Geral									471.919,25	471.919,25		454.019,25	401.569,25	332.800,00		1.660.307,75		
1.1.1.1.	02/04050104	002	2014	2					2014/01/01	2015/02/28		1.000,00	1.000,00						1.000,00		
1.1.1.1.		003	2014	3					2014/01/01	2018/12/31		145.300,00			148.250,00	148.250,00	148.250,00		590.050,00		
1.1.1.1.	02/02010201	003	2014	3									4.200,00								
1.1.1.1.	02/02010202	003	2014	3									141.100,00								
1.1.1.1.	02/020220	019	2014	19					2014/01/01	2018/12/31		6.119,25	6.119,25		6.119,25	6.119,25	7.000,00		25.357,75		
1.1.1.1.		001	2015	1					2015/01/02	2018/12/31	0	165.350,00			167.550,00	167.550,00	167.550,00		668.000,00		
1.1.1.1.	02/0103050202	001	2015	1									250,00								
1.1.1.1.	02/040802	001	2015	1									165.100,00								
1.1.1.1.	02/04050104	002	2015	2					2015/01/02	2018/12/31	0	12.050,00	12.050,00		12.000,00	10.000,00	10.000,00		44.050,00		
1.1.1.1.		003	2015	3					2015/01/02	2015/02/16		22.000,00							22.000,00		
1.1.1.1.	02/01010601	003	2015	3									4.400,00								
1.1.1.1.	02/010113	003	2015	3									750,00								
1.1.1.1.	02/010114	003	2015	3									3.300,00								
1.1.1.1.	02/010212	003	2015	3									11.700,00								
1.1.1.1.	02/0103050202	003	2015	3									1.850,00								
1.1.1.1.	02/010301	020	2015	20					2015/01/02	2017/12/31		120.100,00	120.100,00		120.100,00	69.650,00			309.850,00		
2.			Funções Sociais									2.092.980,75	2.092.980,75		1.709.660,46	1.569.326,44	1.417.200,00		6.789.167,65		
2.1.			Educação									511.490,00	511.490,00		481.550,00	481.550,00	481.550,00		1.956.140,00		
2.1.1.			Ensino Não Superior									460.850,00	460.850,00		439.850,00	439.850,00	439.850,00		1.780.400,00		
2.1.1.1.	02/020220	020	2014	20					2014/09/30	2015/06/30		21.000,00	21.000,00						21.000,00		
A TRANSPORTAR ...												492.919,25	492.919,25		454.019,25	401.569,25	332.800,00		1.681.307,75		

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018
A TRANSPORTAR ...												492.919,25	492.919,25		454.019,25	401.569,25	332.800,00		1.681.307,75	
2.1.1.		004 2015 4	Competências descentralizadas pelo ministério da educação - pessoal	OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31			439.850,00			439.850,00	439.850,00	439.850,00		1.759.400,00
2.1.1.	02/01010401	004 2015 4												232.400,00						
2.1.1.	02/010113	004 2015 4												35.150,00						
2.1.1.	02/010114	004 2015 4												45.600,00						
2.1.1.	02/010115	004 2015 4												27.350,00						
2.1.1.	02/010205	004 2015 4												1.050,00						
2.1.1.	02/010303	004 2015 4												850,00						
2.1.1.	02/01030501	004 2015 4												8.000,00						
2.1.1.	02/0103050201	004 2015 4												54.750,00						
2.1.1.	02/0103050202	004 2015 4												21.050,00						
2.1.1.	02/01031001	004 2015 4												13.650,00						
2.1.2.			Serviços Auxiliares de Ensino										50.640,00	50.640,00		41.700,00	41.700,00	41.700,00		175.740,00
2.1.2.		006 2014 6	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS CANTINAS ESCOLARES						2014/01/01	2015/02/28			7.590,00							7.590,00
2.1.2.	02/02010299	006 2014 6												1.000,00						
2.1.2.	02/020104	006 2014 6												100,00						
2.1.2.	02/020105	006 2014 6												390,00						
2.1.2.	02/020106	006 2014 6												6.000,00						
2.1.2.	02/020121	006 2014 6												100,00						
2.1.2.		005 2015 5	Gestão e manutenção das cantinas escolares	OUTRA				USC	2015/01/02	2018/12/31			43.050,00			41.700,00	41.700,00	41.700,00		168.150,00
2.1.2.	02/02010299	005 2015 5												1.000,00						
2.1.2.	02/020104	005 2015 5												500,00						
2.1.2.	02/020105	005 2015 5												31.050,00						
2.1.2.	02/020106	005 2015 5												10.000,00						
A TRANSPORTAR ...												983.409,25	982.909,25		935.569,25	883.119,25	814.350,00		3.616.447,75	

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	PC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018		OUTROS	
A TRANSPORTAR ...												983.409,25	982.909,25		935.569,25	883.119,25	814.350,00		3.616.447,75			
2.1.2.	02/020121	005	2015	5										500,00								
2.2.														1.000,00	1.000,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00			8.500,00
2.2.1.														1.000,00	1.000,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00			8.500,00
2.2.1.1.														1.000,00	1.000,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00			8.500,00
2.2.1.1.	02/020220	006	2015	6	Saude oral - escovagem dentaria em escolas do 1º ciclo	OUTRA			USC	2015/01/02	2018/12/31			1.000,00	1.000,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00			8.500,00
2.3.														13.500,00	13.500,00		13.750,00	13.750,00	13.750,00			54.750,00
2.3.2.														13.500,00	13.500,00		13.750,00	13.750,00	13.750,00			54.750,00
2.3.2.1.														1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.000,00
2.3.2.1.	02/040701	007	2015	7	Apoio a entidades de ação social	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.000,00
2.3.2.2.														12.500,00	12.500,00		12.750,00	12.750,00	12.750,00			50.750,00
2.3.2.2.	02/040802	008	2015	8	Apoio a estudantes	OUTRA			USC	2015/01/02	2018/12/31			12.500,00	12.500,00		12.750,00	12.750,00	12.750,00			50.750,00
2.4.														1.325.242,86	1.325.242,86		993.010,46	862.676,44	710.550,00			3.891.479,76
2.4.3.														389.325,81	389.325,81		283.522,64	264.012,81	200.000,00			1.136.861,26
2.4.3.1.														46.825,81	46.825,81		33.522,64	44.012,81				124.361,26
2.4.3.1.	02/020225	001	2005	1	SANEAMENTO (ACORDO)	OUTRA			UOMAS U	2005/01/01	2017/07/30	9		46.825,81	46.825,81		33.522,64	44.012,81				124.361,26
2.4.3.2.														84.000,00	84.000,00							84.000,00
2.4.3.2.	02/020225	008	2014	8	SANEAMENTO 2014	OUTRA			UOMAS U	2014/01/01	2015/02/28	9		84.000,00	84.000,00							84.000,00
2.4.3.3.														258.500,00	258.500,00		250.000,00	220.000,00	200.000,00			928.500,00
2.4.3.3.	02/020225	009	2015	9	Saneamento	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31	P		258.500,00	258.500,00		250.000,00	220.000,00	200.000,00			928.500,00
2.4.4.														794.617,05	794.617,05		578.937,82	488.113,63	400.000,00			2.261.668,50
2.4.4.1.														108.417,05	108.417,05		128.937,82	68.113,63				305.468,50
2.4.4.1.	02/02011601	002	2005	2	ABASTECIMENTO (ACORDO)	OUTRA			UOMAS U	2005/01/01	2017/07/30	9		108.417,05	108.417,05		128.937,82	68.113,63				305.468,50
2.4.4.2.														235.000,00	235.000,00							235.000,00
2.4.4.2.	02/02011601	009	2014	9	ABASTECIMENTO 2014	OUTRA			UOMAS U	2014/01/01	2015/02/28	9		235.000,00	235.000,00							235.000,00
2.4.4.3.														451.200,00	451.200,00		450.000,00	420.000,00	400.000,00			1.721.200,00
2.4.4.3.	02/02011601	010	2015	10	Abastecimento	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31			451.200,00	451.200,00		450.000,00	420.000,00	400.000,00			1.721.200,00
2.4.5.														141.300,00	141.300,00		130.550,00	110.550,00	110.550,00			492.950,00
2.4.5.1.														10.000,00	10.000,00							10.000,00
2.4.5.1.	02/020225	010	2014	10	RESIDUOS SOLIDOS	OUTRA			UOMAS U	2014/01/01	2015/02/28	9		10.000,00	10.000,00							10.000,00
2.4.5.2.														11.300,00	11.300,00		10.550,00	10.550,00	10.550,00			42.950,00
2.4.5.2.	02/020104	011	2014	11	SACOS PARA RESIDUOS SOLIDOS (LIXO DOMESTICO E MOLOK'S)	OUTRA			UOMAS U	2014/01/01	2018/12/31			11.300,00	11.300,00		10.550,00	10.550,00	10.550,00			42.950,00
2.4.5.3.														120.000,00	120.000,00		120.000,00	100.000,00	100.000,00			440.000,00
2.4.5.3.	02/020225	011	2015	11	Resíduos sólidos	OUTRA				2015/01/02	2018/12/31			120.000,00	120.000,00		120.000,00	100.000,00	100.000,00			440.000,00
A TRANSPORTAR ...												2.323.152,11	2.323.152,11		1.944.829,71	1.762.045,69	1.541.150,00		7.571.177,51			

ENTIDADE MUNICÍPIO DE BORBA	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

PÁGINA : 5

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO
					AC	AA	PC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES			OUTROS		
														TOTAL	DEPINIDO	NÃO DEPIN		2016	
A TRANSPORTAR												2.448.063,91	2.440.463,91		2.045.179,71	1.862.395,69	1.641.500,00		7.997.139,31
2.5.2.	02/020115	014	2015	14									650,00						
2.5.2.	02/020121	014	2015	14									1.300,00						
2.5.2.	02/020220	014	2015	14									5.650,00						
2.5.2.		015	2015	15	Piscinas Cobertas	OUTRA		USC	2015/01/02	2018/12/31			89.136,09		90.200,00	80.200,00	80.200,00	339.736,09	
2.5.2.	02/02010299	015	2015	15									47.850,00						
2.5.2.	02/020109	015	2015	15									5.100,00						
2.5.2.	02/020121	015	2015	15									1.086,09						
2.5.2.	02/020201	015	2015	15									27.000,00						
2.5.2.	02/020203	015	2015	15									500,00						
2.5.2.	02/020219	015	2015	15									7.100,00						
2.5.2.	02/020225	015	2015	15									500,00						
2.5.2.		016	2015	16	Piscinas descobertas	OUTRA		USC	2015/01/02	2018/12/31			27.700,00		28.300,00	28.300,00	28.300,00	112.600,00	
2.5.2.	02/020109	016	2015	16									2.050,00						
2.5.2.	02/020121	016	2015	16									4.000,00						
2.5.2.	02/020201	016	2015	16									1.650,00						
2.5.2.	02/020225	016	2015	16									20.000,00						
3.					Funções económicas								185.000,00	185.000,00	225.000,00	125.000,00	125.000,00	660.000,00	
3.2.					Indústria e energia								125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00	
3.2.	02/020225	017	2015	17	Rede de iluminação pública	OUTRA			2015/01/02	2018/12/31			125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00	
3.5.					Outras funções económicas								60.000,00	60.000,00	100.000,00			160.000,00	
3.5.	02/040102	019	2015	19	Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Local	OUTRA			2015/01/02	2016/12/31			60.000,00	60.000,00	100.000,00			160.000,00	
4.					Outras funções								53.750,00	53.750,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	218.750,00	
4.2.					Transferências entre Administrações								53.750,00	53.750,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	218.750,00	
4.2.	02/04050102	018	2015	18	Transferências correntes junta de freguesia	OUTRA			2015/01/02	2018/12/31			53.750,00	53.750,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	218.750,00	
TOTAL GERAL												2.803.650,00	2.803.650,00		2.443.679,71	2.150.895,69	1.930.000,00		9.328.225,40

QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL (QPO)

Conforme referido na introdução, ao planear este orçamento foram ponderadas as necessidades da população que podem e devem ser satisfeitas pela autarquia, onde são inscritas todas as receitas e despesas que o Município prevê arrecadar ou despende, durante os anos financeiros de 2015-2018, em consonância com o previsto no art.º 44º da LFL, o que implicou à elaboração do Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPO).

O QPO ainda carece da regulamentação estabelecida no art.º 47º da LFL (o qual dispõe que “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após publicação da presente lei”). Assim o decreto-lei a que se refere o art.º 47º deveria ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014.

Importa ainda atender que, nos termos do n.º 3 do art.º 47º da LFL, “os limites (a que se refere o n.º 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.” Entendemos que o Município não pode correr o risco de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe. Por outro lado, conforme refere a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), na sua circular 108/2014/AG, “a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas”.

Por este motivo, o Município, solicitou esclarecimentos à DGAL e à CCDRA (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo) acerca desta temática, tendo ambas as entidades entendido que “devem os municípios, no mínimo, prever aquando da elaboração do quadro plurianual, que acompanha a proposta de orçamento municipal, os totais de receita e de despesa para o horizonte temporal 2015-2018, tendo em conta que os limites dessa previsão assumem carácter vinculativo para o ano de 2016 (ano seguinte ao do exercício económico). Após a sua publicação (do decreto-lei que regulamente o QPM) deverão os municípios proceder às devidas adaptações em termos de estrutura em consonância com as indicações expressas nesse diploma.”

Assim, pese embora se apresentem, no quadro seguinte, os montantes totais de receita e de despesa para o horizonte temporal 2015-2018 (de forma a evitar a apresentação de um parecer prévio desfavorável aos documentos previsionais por parte da DGAL), entende o Município, tal como a ANMP, “não estarem criadas as condições legais para cumprimento do art.º 44º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por omissão legislativa do Governo, desde 3 de janeiro de 2014. A ANMP (tal como o Município) considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário da qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.”

Tipo	2015	2016	2017	2018	Total
Receita total	7.720.000,00 €	8.106.000,00 €	8.187.060,00 €	8.268.930,60 €	32.281.990,60 €
Despesa total	7.720.000,00 €	8.106.000,00 €	8.187.060,00 €	8.268.930,60 €	32.281.990,60 €

ANÁLISE COMPARATIVA “ORÇAMENTO MUNICIPAL vs PLANO de AJUSTAMENTO FINANCEIRO”

O plano de ajustamento financeiro (PAF) apresentado em setembro de 2012, aquando da preparação da candidatura para adesão ao programa de apoio à economia local (PAEL), tem como base a sustentabilidade financeira do Município de Borba, e foi assente na identificação de medidas do lado da receita e do lado da despesa que, de forma estrutural, reponham a sustentabilidade económica e financeira do Município.

Por outro lado, a elaboração dos documentos previsionais, assenta em princípios orçamentais, princípios contabilísticos e regras orçamentais, estipulados no plano oficial de contabilidade das autarquias locais (POCAL), conforme estipula o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações provocadas por força da Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, do Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005 de 30 de dezembro.

Numa análise comparativa entre o PAF e o orçamento municipal para 2015 é visível o cumprimento da receita total, verificando-se, no entanto, algumas divergências na despesa total e nos montantes por agrupamento económico que agora se pretendem analisar e explicar neste ponto, de forma a sanar eventuais dúvidas acerca do cumprimento do PAF para 2015.

Face ao exposto, apresentamos no mapa seguinte a comparação entre ambos os documentos (utilizando o layout proposto pela DGAL), refletindo os desvios entre os mesmos e procurando proceder à explicação destes.

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Receitas correntes	6.721.685,00	5.862.085,76	-859.599,24	(1)
Impostos diretos	983.250,00	721.198,92	-262.051,08	
IMI	700.000,00	435.691,63	-264.308,37	
IMT	100.450,00	156.606,91	56.156,91	
Derrama	40.350,00	31.963,14	-8.386,86	
Outros	142.450,00	96.937,24	-45.512,76	
Impostos indiretos	38.050,00	69.791,67	31.741,67	(2)
Taxas, multas e outras penalidades	128.750,00	99.469,36	-29.280,64	(3)
Taxas	119.750,00	85.644,19	-34.105,81	
Multas	9.000,00	13.825,17	4.825,17	
Rendimentos da propriedade	388.950,00	352.910,88	-36.039,12	(4)
Transferências correntes	4.060.235,00	3.512.065,72	-548.169,28	(5)
Venda de bens e serviços correntes	1.097.950,00	1.080.117,02	-17.832,98	(6)
Venda de bens	367.350,00	380.594,61	13.244,61	
Serviços	504.450,00	486.311,51	-18.138,49	
Rendas	226.150,00	213.210,90	-12.939,10	
Outras receitas correntes	24.500,00	26.532,18	2.032,18	(7)
Receitas de capital	996.190,00	1.857.067,62	860.877,62	
Venda de bens de investimento	4.000,00	40.000,00	36.000,00	(8)
Terrenos	4.000,00	40.000,00	36.000,00	
Habitacões	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	736.460,45	1.817.067,62	1.080.607,17	(9)
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	330.984,00	1.418.969,94	1.087.985,94	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	250.000,00	0,00	-250.000,00	
Outras receitas de capital	5.729,55	0,00	-5.729,55	(10)
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	
Total receita	7.717.875,00	7.719.153,38	1.278,38	
Receitas correntes	6.721.685,00	5.862.085,76	-859.599,24	
Receitas de capital	996.190,00	1.857.067,62	860.877,62	

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Despesas correntes	5.920.500,00	5.586.121,05	-334.378,95	
Despesas com o pessoal	3.007.850,00	3.164.961,15	157.111,15	(11)
Remunerações certas e permanentes	2.107.100,00	2.373.148,48	266.048,48	
Abonos variáveis ou eventuais	64.800,00	60.586,99	-4.213,01	
Segurança social	835.950,00	731.225,68	-104.724,32	
Aquisição de bens e serviços	2.301.950,00	1.768.200,20	-533.749,80	(12)
Aquisição de bens	1.177.593,14	672.086,77	-505.506,37	
Aquisição de serviços	1.124.356,86	1.096.113,43	-28.243,43	
Juros e outros encargos	222.800,00	297.259,94	74.459,94	(13)
Resultantes do PAEL	132.137,58	210.238,32	78.100,74	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	88.662,42	78.326,62	-10.335,81	
Resultantes de endividamento de curto prazo	2.000,00	8.695,00	6.695,00	
Transferências correntes	379.550,00	284.114,06	-95.435,94	(14)
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	92.498,94	92.498,94	
Freguesias	53.750,00	37.194,30	-16.555,70	
Associações de municípios	41.850,00	62.424,00	20.574,00	
Instituições sem fins lucrativos	41.000,00	78.601,44	37.601,44	
Famílias	177.600,00	13.395,38	-164.204,62	
Outras	65.350,00	0,00	-65.350,00	
Subsídios	0,00	55.186,45	55.186,45	(15)
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	55.186,45	55.186,45	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	8.350,00	16.399,26	8.049,26	(16)

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Despesas de capital	1.538.000,00	1.828.682,42	290.682,42	
Aquisição de bens de capital	465.269,80	750.000,00	284.730,20	(17)
Investimentos	293.850,00	750.000,00	456.150,00	
Terrenos	18.650,00	0,00	-18.650,00	
Habitções	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	93.550,00	0,00	-93.550,00	
Construções diversas	3.350,00	0,00	-3.350,00	
Outros	178.300,00	750.000,00	571.700,00	
Locação financeira	37.500,00	0,00	-37.500,00	
Bens de domínio público	133.919,80	0,00	-133.919,80	
Transferências de capital	23.121,20	384.352,17	361.230,97	(18)
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	3.589,11	3.589,11	
Freguesias	0,00	20.808,00	20.808,00	
Associações de municípios	11.900,00	26.010,00	14.110,00	
Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	333.587,10	332.587,10	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outras	10.221,20	357,97	-9.863,24	
Ativos financeiros	44.109,00	0,00	-44.109,00	(19)
Passivos financeiros	1.005.500,00	694.330,25	-311.169,75	(20)
Resultantes do PAEL	244.312,66	194.834,76	-49.477,90	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	511.187,34	499.495,49	-11.691,85	
Resultantes de endividamento de curto prazo	250.000,00	0,00	-250.000,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	
Total despesa	7.458.500,00	7.414.803,47	-43.696,53	
Despesa corrente	5.920.500,00	5.586.121,05	-334.378,95	
Despesa de capital	1.538.000,00	1.828.682,42	290.682,42	

NOTA 1: Impostos diretos

O aumento verificado no orçamento municipal de 2015 é justificado, essencialmente, pelo incremento da receita com o Imposto Municipal de Imóveis, relacionado com a avaliação geral de prédios urbanos.

NOTA 2: Impostos indiretos

A diminuição verificada no orçamento municipal de 2015 é justificada, essencialmente, pela diminuição de arrecadação de impostos específicos das autarquias, nos últimos 24 meses, uma vez que o valor previsional assenta na média da execução dos últimos 2 anos (ponto 3.3 do POCAL).

NOTA 3: Taxas, multas e outras penalidades

O aumento verificado no orçamento municipal para 2015 é causado pelo facto de no PAF a previsão ter tido em consideração a evolução do PIB, enquanto no orçamento municipal foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no ponto 3.3 do POCAL.

NOTA 4: Rendimentos de propriedade

O aumento verificado no orçamento municipal para 2015 é causado pelo facto de no PAF a previsão ter tido em consideração a evolução do PIB, enquanto no orçamento municipal foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no ponto 3.3 do POCAL.

NOTA 5: Transferências correntes

O aumento significativo verificado no orçamento municipal para 2015 é justificado pelo facto de no PAF a previsão ter tido em consideração a evolução do PIB (podendo fazer-se refletir de forma crescente ou decrescente, de acordo com a estimativa efetuada), enquanto o orçamento teve em atenção as receitas que se estimam receber, com base na proposta do orçamento de Estado para 2015 e em contratos / protocolos em vigor.

NOTA 6: Venda de bens e serviços correntes

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se pela diferença de cálculo no método de previsão, isto é, no PAF considerou-se a estimativa de evolução do PIB, enquanto no orçamento foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no ponto 3.3 do POCAL.

NOTA 7: Outras receitas correntes

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se pela diferença de cálculo no método de previsão, isto é, no PAF considerou-se a estimativa de evolução do PIB, enquanto no orçamento foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no ponto 3.3 do POCAL.

NOTA 8: Venda de bens de Investimento

No orçamento municipal para 2015 foi assumida a média dos últimos 36 meses, independentemente dos valores constantes no mapa X do PAEL, de modo a respeitar o estipulado no art.º 253º da LOE/2014.

NOTA 9: Transferências de capital

A diminuição significativa verificada no orçamento municipal para 2015 é justificado pelo facto de no PAF a previsão ter tido em consideração a evolução do PIB, enquanto o orçamento teve em atenção as receitas que se estimam receber, com base na proposta do orçamento de Estado para 2015 e em contratos / protocolos em vigor.

NOTA 10: Outras receitas de capital

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se pela diferença de cálculo no método de previsão, isto é, no PAF considerou-se a estimativa de evolução do PIB, enquanto no orçamento foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no ponto 3.3 do POCAL.

NOTA 11: Despesas com pessoal

No PAF, os pressupostos assumidos nos custos com pessoal tiveram em consideração uma redução de cerca de 400 mil euros para o ano de 2013, referentes aos custos de anos anteriores relacionados com a ADSE, tendo-se estabelecido para os anos seguintes a atualização com base na taxa de inflação prevista.

No orçamento municipal para 2015, verifica-se uma redução significativa dos custos com “remunerações certas e permanentes” o mesmo não se reflete nos custos com “Segurança Social”. Esta rubrica abarca os custos do Município com a Caixa Geral de Aposentações, com a Segurança Social e com a ADSE, em que se tem vindo a verificar, por imposição legislativa, um aumento das taxas a aplicar. Neste sentido, os “custos com pessoal” previstos em orçamento municipal para 2015 apresentam valores inferiores aos considerados no PAF.

NOTA 12: Aquisição de bens e serviços

O orçamento municipal para 2015 contempla valores substancialmente mais elevados que os considerados no PAF, uma vez que este plano teve apenas em consideração os custos de 2011 atualizados em função da taxa de inflação estimada. No orçamento municipal para 2015 foram tidos em consideração, não só os custos médios relativos ao ano de 2014, como também os custos com abastecimento de água e serviços de saneamento que fazem parte de um acordo de regularização de dívidas respeitantes ao ano de 2012 com a empresa “Águas do Centro Alentejo, SA”.

NOTA 13: Juros e outros encargos

A diminuição nesta rubrica é justificada pelas sucessivas revisões em baixa nas taxas de referência associadas aos empréstimos bancários.

NOTA 14: Transferências correntes

O acréscimo de custos apresentado no orçamento municipal para 2015 resulta, essencialmente, da nova classificação atribuída ao apoio concedido às famílias, no âmbito dos programas ocupacionais do IEFP, em consonância com as instruções do SATAPOCAL (até 2014 foram concedidos os apoios pela rúbrica de “subsídios” e a partir de 2015 serão considerados “transferências correntes”).

NOTA 15: Subsídios

A diminuição apresentada no orçamento municipal para 2015 resulta, essencialmente, da nova classificação atribuída ao apoio concedido às famílias, no âmbito dos programas ocupacionais do IEFP, em consonância com as instruções do SATAPOCAL (até 2014 foram concedidos os apoios pela rúbrica de “subsídios” e a partir de 2015 serão considerados “transferências correntes”).

NOTA 16: Outras despesas correntes

A diferença apresentada não é considerada materialmente relevante e justifica-se pela diferença de cálculo no método de previsão, isto é, no PAF considerou-se a estimativa de evolução do PIB, enquanto no orçamento foram tidas em consideração as regras previsionais estipuladas no ponto 3.3 do POCAL.

NOTA 17: Aquisição de bens de capital

O PAF assumiu o pressuposto de proceder anualmente a investimentos, por esta rúbrica, no montante de € 750.000. No orçamento municipal foram estimados investir apenas os montantes possíveis, atendendo à receita estimada arrecadar.

NOTA 18: Transferências de capital

O decréscimo significativo de custos apresentado no orçamento municipal de 2015 resulta, do facto de no PAF, se ter estimado em 2013 uma redução considerável, e em anos futuros se terem atualizado os valores em função da taxa de inflação estimada, enquanto no orçamento para 2015 se teve apenas em consideração os protocolos ou acordos já celebradas e/ou em negociação com algumas entidades.

NOTA 19: Ativos financeiros

Os montantes apresentados no orçamento municipal para 2015 respeitam à participação do Município no FAM, o que não se encontrava previsto aquando da elaboração do PAF.

NOTA 20: Passivos financeiros

As diferenças encontradas entre ambos os documentos respeitam essencialmente ao facto de no orçamento municipal para 2015 se ter em consideração a contratação do empréstimo de curto prazo, o que não foi previsto aquando da elaboração do PAF.

MAPA DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS

Previsão para o ano de 2015

Data de contratação	Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital			Taxa de juro		Encargos do ano		Capital em dívida em 31/12/2015	Datas de vencimento			
			Contratado	Utilizado	Em dívida a 01/01/2015	Inicial	Atual	Amortizações	Juros		1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
07-09-1998	Investimento - Realojamento Municipal	CGD	437.884,70	420.127,49	141.515,97	1,090	0,512	14.045,70	238,10	127.470,27	07-mar		07-set	
22-05-2002	Financiamento de projetos de investimento	CGD	1.000.000,00	1.000.000,00	415.443,29	2,189	1,621	101.448,82	6.109,87	313.994,47	26-jan		26-jul	
31-12-2004	Financiamento de projetos de investimento	CGD	200.000,00	200.000,00	27.255,87	5,254	0,441	27.255,87	195,39	0,00		30-jun		30-dez
30-11-2005	Financiamento de projetos de investimento	CGD	480.000,00	480.000,00	177.627,91	4,620	0,516	50.485,90	699,43	127.142,01	28-fev		28-ago	
12-10-2006	Financiamento de projetos de investimento	BPI	518.000,00	518.000,00	289.175,26	4,350	1,984	40.766,33	1.213,39	248.408,93		20-jun		20-dez
27-12-2006	Financiamento de projetos de investimento	CGD	67.000,00	67.000,00	37.494,24	4,740	1,137	5.291,36	154,86	32.202,88		27-jun		27-dez
14-01-2008	Financiamento de projetos de investimento	Santander Totta	1.815.000,00	1.815.000,00	1.459.891,32	5,170	0,467	78.913,04	8.550,00	1.380.978,28	06-mar		06-set	
30-01-2009	Financiamento de projetos de investimento	BES	1.200.000,00	1.200.000,00	1.017.391,28	5,210	1,187	52.173,92	13.488,39	965.217,36	26-jan		26-jul	
01-10-2009	PREDE – Prog. Reg. Ext. Dividas do Estado	DGTF	704.032,00	704.032,00	633.628,80	1,101	1,687	140.806,40	16.112,99	492.822,40				15-dez
31-01-2013	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	4.886.115,91	4.886.115,91	4.519.657,21	2,923	2,923	244.312,66	132.137,58	4.275.344,55	-	15-mai	-	15-nov
TOTAL			11.308.032,61	11.290.275,40	8.719.081,15			755.500,00	178.900,00	7.963.581,15				

MAPA DE PESSOAL 2015
**Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria do Município de Borba
(excluindo a descentralização de competências do Ministério da Educação)**

Cargo / carreira / categoria	Nº de postos de trabalho													Obs. (14)
	RCTFTI					RCTFPT				Total				
	Ocupados (1)	A vagar (2)	A preencher (3)	Cativos (4)	Total (5)=(1)-(2)+(3)	Ocupados (6)	A vagar (7)	A preencher (8)	Total (9)=(6)-(7)+(8)	Ocupados em 1 de janeiro (10)=(1)+(6)	A vagar (11)=(2)+(7)	A preencher (12)=(3)+(8)	Previstos em 31 de dezembro (13)=(10)-(11)+(12)	
Chefe de Divisão	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	a)
Chefe de Unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	d)
Técnico Superior	15	0	4	1	19	0	0	0	0	15	0	4	19	a)
Especialista Informático	2	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	b)
Coordenador Técnico	6	0	0	0	6	0	0	0	0	6	0	0	6	
Assistente Técnico	21	0	7	0	28	4	4	0	0	25	4	7	28	
Encarregado Operacional	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	
Assistente Operacional	69	4	17	0	82	20	8	0	12	89	12	17	94	
Total	115	4	28	1	139	24	12	0	12	139	16	28	151	

O Mapa de Pessoal 2015 comporta o número de postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Contudo, o preenchimento dos postos de trabalho previstos no respetivo mapa apenas ocorrerá na medida em que não se questione o cumprimento da redução do número de trabalhadores, relativos a 31/12/2014, que venha a ser imposta pela LOE/2015.

Legenda	RCTFTI - Regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
	RCTFPT - Regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo (certo ou incerto)
	a) Técnico Superior em comissão de serviço renovável em 20/02/2015
	b) Carreira subsistente de Especialista Informático
	c) Em licença sem vencimento até 20/04/2015
d) 4 Postos de trabalho previstos na reorganização da estrutura, mas não previstos ocupar em 2015	

MAPA DE PESSOAL 2015
Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria da descentralização de competências do Ministério da Educação

Cargo / carreira / categoria	Nº de postos de trabalho													Obs.
	RCTFPTI					RCTFPT				Total				
	Ocupados (1)	A vagar (2)	A preencher (3)	Cativos (4)	Total (5)=(1)-(2)+(3)	Ocupados (6)	A vagar (7)	A preencher (8)	Total (9)=(6)-(7)+(8)	Ocupados em 1 de janeiro (10)=(1)+(6)	A vagar (11)=(2)+(7)	A preencher (12)=(3)+(8)	Previstos em 31 de dezembro (13)=(10)-(11)+(12)	
Coordenador Técnico	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	
Assistente Técnico	7	0	0	0	7	0	0	0	0	7	0	0	7	
Assistente Operacional	26	0	0	0	26	0	0	0	0	26	0	0	26	
Total	34	0	0	0	34	0	0	0	0	34	0	0	34	

MAPA DE PESSOAL 2015
**Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria do Município de Borba
(incluindo a descentralização de competências do Ministério da Educação)**

Cargo / carreira / categoria	Nº de postos de trabalho													Obs.
	RCTFPTI					RCTFPT				Total				
	Ocupados (1)	A vagar (2)	A preencher (3)	Cativos (4)	Total (5)=(1)-(2)+(3)	Ocupados (6)	A vagar (7)	A preencher (8)	Total (9)=(6)-(7)+(8)	Ocupados em 1 de janeiro (10)=(1)+(6)	A vagar (11)=(2)+(7)	A preencher (12)=(3)+(8)	Previstos em 31 de dezembro (13)=(10)-(11)+(12)	
Chefe de Divisão	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	a)
Chefe de Unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	d)
Técnico Superior	15	0	4	1	19	0	0	0	0	15	0	4	19	a)
Especialista Informático	2	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	b)
Coordenador Técnico	7	0	0	0	7	0	0	0	0	7	0	0	7	
Assistente Técnico	28	0	7	0	35	4	4	0	0	32	4	7	35	
Encarregado Operacional	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	
Assistente Operacional	95	4	17	0	108	20	8	0	12	115	12	17	120	
Total	149	4	28	1	173	24	12	0	12	173	16	28	185	

Unidade	Atribuições/competências/actividades	Trabalhador		Cargo / carreira / categoria	Área de formação académica	N.º de postos de trabalho ocupados em 01/01/2015			N.º de postos de trabalho									N.º de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015			Obs.
		Cód.	Nome			RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	RCTFPPTI			RCTFPPT			Data inicial de contrato	Próxima renovação	Data de fim de contrato	RCTFPPTI (20)+(11)- (12)+(13)	RCTFPPT (21)+(14)+(15)+(16)	Total (22)+(20)+(21)	
									Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher							
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(7)	(8)=(11)	(9)=(14)	(10)=(8)+(9)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)
Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ)	Realizar estudos e outros trabalhos de natureza jurídica, conducentes à definição e concretização das políticas do Município; Elaborar pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação; Preparar normas e regulamentos internos; Recolher, tratar e distribuir legislação, jurisprudência, doutrina e outras informações jurídicas pertinentes; Patrocinar e acompanhar processos judiciais; Instruir processos de contraordenação, de inquérito, averiguações, sindicância e disciplinares	1182	Sónia Maria Craveiro Gomes Ferro	TS	Licenciatura em Direito	1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
	Sub total					1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
Gabinete de Informação e Relações Públicas (GIRP)	Editar o Boletim Municipal, comunicados e demais veículos de informação do município; Assegurar as relações com os órgãos de comunicação social; Produzir informação destinada à divulgação da actividade do município; Proceder à leitura diária de órgãos de comunicação social, analisando o seu conteúdo e difundindo para os eleitos e para os serviços o que presumivelmente lhes possa interessar; Efectuar ou coordenar a execução de estudos de opinião e de imagem da autarquia; Gerir os meios de informação e divulgação do município; Assegurar a actividade de relação e protocolo do município; Assegurar o pré-atenção dos munícipes, esclarecendo, apoiando e encaminhando as questões que apresentem para as entidades ou para os serviços interessados; Assegurar o secretariado e o apoio administrativo dos eleitos.	764	Bruno Miguel Catarino Prates	TS	Licenciatura em Design de Comunicação	1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		<i>Procedimento em curso</i>	TS	Licenciatura em Comunicação	0	0	0	0	0	1	0	0	0					1	0	1	e)
		788	João Carlos Bilro Oliveira	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
		Sub total					2	0	2	2	0	1	0	0	0				3	0	3
Serviço Municipal de Protecção Civil e Defesa da Floresta (SMP-CDF)	Assegurar a coordenação das atribuições das autarquias em matéria de protecção civil; proceder à divulgação de leis, normas, regulamentos e directivas, bem como de técnicas que visem a segurança das populações; elaborar os planos de prevenção e de emergência de âmbito municipal e colaborar na execução dos planos de âmbito supra-municipal; elaborar, executar e proceder à actualização anual do Plano Operacional Municipal da Defesa da Floresta.	842	Francisco João Caldeira Russo	AO	Curso de Sapador Florestal	0	1	1	0	0	0	1	1	0	17-02-2010	-	16-02-2015	0	0	0	
		888	Joaquim António Véstias Jorge	AO	Curso de Sapador Florestal	0	1	1	0	0	0	1	1	0	17-02-2010	-	16-02-2015	0	0	0	
		759	Jorge Manuel Gato Carapinha Leal	AO	Curso de Sapador Florestal	0	1	1	0	0	0	1	1	0	17-02-2010	-	16-02-2015	0	0	0	
		834	José Manuel Foga Bilro	AO	Curso de Sapador Florestal	0	1	1	0	0	0	1	1	0	17-02-2010	-	16-02-2015	0	0	0	
		1035	Pedro Manuel Cochicho Branco	AO	Curso de Sapador Florestal	0	1	1	0	0	0	1	1	0	17-02-2010	-	16-02-2015	0	0	0	
		<i>Procedimentos a desenvolver</i>	AO	Curso de Sapador Florestal	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0				5	0	5	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
						0	0	0										0	0	0	
		Sub total					0	5	5	0	0	5	5	5	0			5	0	5	

Unidade	Atribuições/competências/actividades	Trabalhador		Cargo / carreira / categoria	Área de formação académica	N.º de postos de trabalho ocupados em 01/01/2015			N.º de postos de trabalho						N.º de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015			Obs.				
		Cód.	Nome			RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	RCTFPPTI			RCTFPPT			Data inicial de contrato	Próxima renovação	Data de fim de contrato		RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	
									Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(7)	(8)=(11)	(9)=(14)	(10)=(8)+(9)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)=(11)- (12)+(13)	(21)=(14)+(15)+(16)	(22)=(20)+(21)	(23)	
						0	0	0										0	0	0		
			Sub total			11	0	11	11	0	0	0	0	0				11	0	11		
Unidade de Planeamento, Obras Particulares e Fiscalização (UOPPF)	Elaborar os instrumentos de planeamento integrado do território municipal; Elaborar planos de salvaguarda e valorização do património histórico e cultural edificado; Apreciar, dar parecer e acompanhar a execução sobre projectos de loteamento (incluindo equipamentos e infra-estruturas conexos); Assegurar o Sistema de Informação Geográfica – Actualização da cartografia e execução e manutenção do cadastro do território municipal; Gestão Operacional dos Serviços de Desenho e Topografia; Apreciar pedidos e pretensões no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação sujeitos a autorização administrativa e preparar os actos de deferimento ou indeferimento dos respectivos pedidos; Promover a fiscalização e a realização de vistorias; Apreciar, dar parecer e acompanhar os licenciamentos de publicidade e ocupação da via pública.		Previsto na estrutura dos serviços	CU	A definir	0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	d)	
	331	Ana Isabel Martins Malta	TS	Licenciatura em Urbanismo	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	452	Maria Raquel Carreira Martins Pereira	TS	Licenciatura em Arquitectura	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	245	Renata Maria Bandeira da Silva	TS	Licenciatura em Arquitectura	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	794	Teresa Gertrudes das Mercês Albuquerque Matos	TS	Bacharelato em Engenharia Técnica Civil	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	387	Hugo Miguel da Costa Lambuzana	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	678	Manuel João Geadas Clérigo	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	523	Nuno Alexandre Pécuro Cabeças	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	233	Patrícia Isabel Duarte Santos	AT		0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	02-04-2013	01-04-2015	01-04-2016	0	0	0		
	265	Sérgio Paulo Marianto Ascensão	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
				Procedimento a desenvolver	AT	A definir	0	0	0	0	0	1	0	0	0				1	0	1	
							0	0	0													
							0	0	0													
							0	0	0													
			Sub total			8	1	9	8	0	1	1	1	0				9	0	9		
Unidade de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos (UOMASU)	Desenvolvimento de estudos e projectos de arquitectura e suas especialidades para obras municipais; Acompanhamento técnico e fiscalização das obras municipais; Diagnóstico e políticas de intervenção ambiental e sustentabilidade local; Acompanhamento da gestão e fiscalização das redes de águas e saneamento e da recolha de resíduos urbanos; Assegurar a limpeza urbana de acordo com os padrões mais exigentes; Proceder à distribuição, substituição, lavagem e manutenção dos equipamentos para deposição e recolha de resíduos; Promover e incentivar a participação da população na adopção da política de separação de resíduos, providenciando e disponibilizando as condições adequadas e necessárias para o efeito; Gestão operacional do cemitério municipal, dos parques e jardins, dos hortos e viveiros e dos demais equipamentos afectos à unidade; Executar obras municipais, de acordo com os estudos e projectos aprovados; Assegurar o funcionamento eficiente e eficaz das oficinas municipais e dos demais serviços afectos à unidade.		Previsto na estrutura dos serviços	CU	A definir	0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	d)	
	325	António Carlos Silveira M. Nerra Marques	TS	Licenciatura em Engenharia Civil	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	1062	Hugo Alexandre Godinho Mendanha	TS	Licenciatura em Engenharia Mecânica	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1	c)	
	244	Maria do Céu Silva Rebelo Nobre Franco	TS	Licenciatura em Engenharia Biológica	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	451	Rosalina Maria Alves de Castro	TS	Licenciatura em Arquitectura	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
				Procedimento a desenvolver	TS	A definir	0	0	0	0	0	1	0	0	0				1	0	1	
	11	António José Rasteiro Chão Quente	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	249	Exaurinda Conceição Martins Almeida	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	391	Fernando de Jesus Beirão Ramalho	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	228	José Francisco Pombeiro Andrade	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	384	Vânia do Carmo Lopes Rebola	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	389	Carlos Roberto Marchante Espiguinha	EO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	190	Adalgisa Maria Ferro Boleta	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	106	Alicina de Jesus Simões Cardoso	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	333	António José Ramalho Conchinha	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	12	António José Simões Leal	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	329	António José Trincinhas Pombeiro	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	13	António Júlio Serra Silva	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	366	Brígida de Jesus Barriga Laranjeira Guelas	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
	259	Carlos António Pires Cabaço	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1		
22	Carlos Manuel Silveira Bacalhau	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1			
1104	Diogo Manuel Canudo Franco	AO		0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	27-02-2012	-	26-02-2015	0	0	0			
258	Fernando José Vinagre Bajarca	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0	0				1	0	1			

Unidade	Atribuições/competências/actividades	Trabalhador		Cargo / carreira / categoria	Área de formação académica	N.º de postos de trabalho ocupados em 01/01/2015			N.º de postos de trabalho						N.º de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015			Obs.			
		Cód.	Nome			RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	RCTFPPTI			RCTFPPT			Data inicial de contrato	Próxima renovação	Data de fim de contrato		RCTFPPTI	RCTFPPT	Total
									Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher							
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(7)	(8)=(11)	(9)=(14)	(10)=(8)+(9)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)=(11)- (12)+(13)	(21)=(14)+(15)+(16)	(22)=(20)+(21)	(23)
		1040	Fernando Manuel Véstias Jorge	AO		0	1	1	0	0	0	1	0	0	15-05-2013	14-05-2015	14-05-2016	0	1	1	
		110	Francisco António Coelho Covas	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		111	Francisco António Gato Carvalho	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		345	Francisco Manuel Silva Serra	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		275	Gracinda Maria Pécurto Genebra	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		192	Iolanda de Fátima Franco Cabeças	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		528	Isabel de Jesus Sousa Malinha Pancadista	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		38	Jacinto Joaquim Cordeiro Godinho	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		40	João António Mendes Rato	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		114	João de Jesus Letras Ganito	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		252	João Estevão Correia Barriga	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		116	João Francisco Tracanas Cheira	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		260	João Paulo Batalha Vinagre	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		120	Joaquim José Guerra Bóto	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		839	Joaquim José Pereira Bento	AO		1	0	1	1	1	0	0	0	0				0	0	0	
		241	Joaquim Manuel Letras Ganito	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		32	Joaquim Manuel Salvador Jeremias	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		61	José Domingos Arvana Marianito	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		1163	José Luis de Amorim Cordeiro	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		530	José Luis Guarda Verdades Canhão	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		65	José Manuel Figueiredo Pombeiro	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		187	José Manuel Rataado Serol	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		140	José Manuel Trindade Maurício	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		66	José Mário Gato Carapinha	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		342	Luis Miguel Bóto Bravo	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		1131	Luis Miguel de Ponte Costa	AO		1	0	1	1	1	0	0	0	0				0	0	0	
		324	Luis Miguel Valentim Carapinha	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		338	Manuel Francisco Silva Rosado	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		75	Manuel João Concha Coelho	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		981	Manuel João Massas Canudo	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		706	Manuel Joaquim Albuquerque	AO		0	1	1	0	0	0	1	0	0	15-05-2013	14-05-2015	14-05-2016	0	1	1	
		344	Manuel Paulo Lanternas Borbinha	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		253	Manuel Pedro Brinquete Azeitona	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		81	Manuel Projecto Cieza Ferro	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		281	Maria Catarina Profeta Brinquete Avó	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		108	Maria dos Santos Canhoto Mendes Bíro	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		195	Maria José Godinho Macareno Lopes	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		337	Mariano dos Santos Miguel Calhau	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		209	Mário Joaquim Guerra Cachapa	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		261	Nelson Manuel Clérigo Cachapela	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		148	Nuno Miguel Figueiredo Fialho	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	

Unidade	Atribuições/competências/actividades	Trabalhador		Cargo / carreira / categoria	Área de formação académica	N.º de postos de trabalho ocupados em 01/01/2015			N.º de postos de trabalho									N.º de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015			Obs.
		Cód.	Nome			RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	RCTFPPTI			RCTFPPT			Data inicial de contrato	Próxima renovação	Data de fim de contrato	RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	
									Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher							
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(7)	(8)=(11)	(9)=(14)	(10)=(8)+(9)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)=(11)+ (12)+(13)	(21)=(14)+(15)+(16)	(22)=(20)+(21)	(23)
		757	João Manuel Pimenta da Silva	AO		1	0	1	1	1	0	0	0	0				0	0	0	
		58	José Anselmo Canhão Ratinho	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		1141	Luis Vasco da Silva Santana Louro	AO		0	1	1	0	0	0	1	0	0	15-01-2013	14-01-2015	14-01-2016	0	1	1	
		143	Manuel Filipe Anselmo Lapão	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		201	Maria Teresa Perdigão	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		910	Patrocínia Conceição Gato Carapinha Rita	AO		0	1	1	0	0	0	1	0	0	02-01-2013	01-01-2015	01-01-2016	0	1	1	
		125	Paula da Conceição Coxio Godinho Rodrigo	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		95	Susana da Conceição Clérigo Lanternas Passinhas	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		795	Susana Isabel Serol Alves	AO		0	1	1	0	0	0	1	0	0	02-01-2013	01-01-2015	01-01-2016	0	1	1	
		797	Vera Marcia Cochicho Trincheiras	AO		0	1	1	0	0	0	1	0	0	02-01-2013	01-01-2015	01-01-2016	0	1	1	
			Procedimento a desenvolver	AO		0	0	0	0	0	1	0	0	0				1	0	1	
			Sub total			18	10	28	18	1	2	10	0	0				19	10	29	
Descentralização de Competências pelo Ministério da Educação (DCME)	Planear, promover e desenvolver todas as competências descentralizadas pelo Ministério da Educação, no âmbito do Acordo de Descentralização de Competências.	1007	Júlio António Clérigo Alves	CT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		931	Filipa Maria Cachatra Anjinho do Polme	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		957	Gertrudes da Conceição Clérigo Lopes Brito Grego	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		952	Isabel Maria Nunes Pires	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		928	Maria de Lurdes Acciaioi Figueiredo	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		955	Maria João Leonardo Barata Cristo	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		935	Norberto João Figueira Alpalhão	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		963	Vitor Manuel Ferreira Simões Rosa	AT		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		945	Adelina Isabel Pormezinha Canhão	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		956	Ana Maria Galhanas Lopes Bilro	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		949	Ana Maria Lérias Vicente	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		951	Anabela Martins Fanico	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		953	Fátima da Conceição Rocha Carapeto Lobo	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		950	Felicidade Conceição Maio G. Figueiredo	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		960	Fernanda Maria Fusco Mendes Barradas	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		948	Filipa da Conceição Letras dos Santos	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		941	Francisco Manuel de Oliveira Gonçalves	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		944	Guiomar de Fátima Brinquete Faia Paulo	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		946	Isaurinda Maria Vieira Foge Lameira	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		954	Joaquina Maria Barroso Alexandre	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		939	José Joaquim Dias Solda	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		959	Lurdes da Conceição Oliveira Malavado Moura	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		937	Margarida Maria Simões Leal Calhomonas	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		958	Maria Albertina de Klerk Neves Milho	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		943	Maria da Conceição Canhoto Serrador	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		938	Maria do Céu Clérigo Lanternas Ferreira	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		962	Maria Joana Mendanha Moreira Peruzinha	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
	942	Maria José Barriga Saragoça Letras	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1		
	936	Mariana Assunção Preença de Oliveira	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1		

Unidade	Atribuições/competências/atividades	Trabalhador		Cargo / carreira / categoria	Área de formação académica	N.º de postos de trabalho ocupados em 01/01/2015			N.º de postos de trabalho									N.º de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015			Obs.
		Cód.	Nome			RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	RCTFPPTI			RCTFPPT			Data inicial de contrato	Próxima renovação	Data de fim de contrato	RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	
									Ocupados	A vagar	A preencher	Ocupados	A vagar	A preencher							
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(7)	(8)=(11)	(9)=(14)	(10)=(8)+(9)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)=(11)- (12)+(13)	(21)=(14)+(15)+(16)	(22)=(20)+(21)	(23)
		940	Nélia Carla Lopes Rato	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		932	Olivério José Branco Carola	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		947	Olívia de Jesus Lopes	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		933	Teresa de Jesus Caeiro Toscano Alves	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		961	Vanda Mariza Afonso Capelas Cachapa	AO		1	0	1	1	0	0	0	0	0				1	0	1	
		Sub total				34	0	34	34	0	0	0	0	0				34	0	34	
Total do mapa de pessoal, incluindo a descentralização de competências do Ministério da Educação						149	24	173	149	4	28	24	12	0				173	12	185	

O Mapa de Pessoal 2015 comporta o número de postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Contudo, o preenchimento dos postos de trabalho previstos no respetivo mapa apenas ocorrerá na medida em que não se questione o cumprimento da redução do número de trabalhadores, relativos a 31/12/2014, que venha a ser imposta pela LOE/2015.

Legenda	RCTFTI - Regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
	RCTFPPT - Regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo (certo ou incerto)
	a) Técnico Superior em comissão de serviço renovável em 20/02/2015
	b) Carreira subsistente de Especialista Informático
	c) Em licença sem vencimento até 20/04/2015
	d) 4 Postos de trabalho previstos na reorganização da estrutura, mas não previstos ocupar em 2015
	e) Previsto ocupar apenas a partir de julho/2015
	CD - Chefe de Divisão
	CU - Chefe de Unidade
	TS - Técnico Superior
EI - Especialista Informático	
CT - Coordenador Técnico	
AT - Assistente Técnico	
EO - Encarregado Operacional	
AO - Assistente Operacional	

Unidade	N.º de postos de trabalho ocupados em 01/01/2015			N.º de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015			Variação (final do ano - início do ano)			
	RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	RCTFPPTI	RCTFPPT	Total	RCTFPPTI	RCTFPPT	Total (n.º)	Total (%)
GAJ	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0,00%
GIRP	2	0	2	3	0	3	1	0	1	50,00%
SMPCDF	0	5	5	5	0	5	5	-5	0	0,00%
DAF	9	5	14	16	0	16	7	-5	2	14,29%
UCMA	11	0	11	11	0	11	0	0	0	0,00%
UPOPF	8	1	9	9	0	9	1	-1	0	0,00%
UOMASU	66	3	69	75	2	77	9	-1	8	11,59%
USC	18	10	28	19	10	29	1	0	1	3,57%
Total (*)	115	24	139	139	12	151	24	-12	12	8,63%

(*) Excluindo as competências descentralizadas pelo Ministério da Educação

Entidade	1-jan	31-dez	Var.(n.º)	Var.(%)
M.Borba	139	151	12	8,63%
M.Educação	34	34	0	0,00%
Total	173	185	12	6,94%

LOE/2015				
N.º de postos de trabalho ocupados em 31/12/2014	Redução percentual mínima obrigatória	N.º de postos de trabalho máximo possível de ocupar em 31/12/2015	N.º de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015	Margem existente (LOE/2015 vs Mapa Pessoal 2015)
139	2%	136	151	-15